

TCC/UNICAMP
N414m
IE/2616



1290002616



TCC/UNICAMP N414m



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

UNICAMP

**Marginalização Social: a atualidade do debate clássico do
pensamento crítico latino americano**

Autor: Milena Gonçalves Neves RA:016958
Orientador: Carlos Brandão

Dezembro, 2005

CEDOC/IE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

UNICAMP

**Marginalização Social: a atualidade do debate clássico do
pensamento crítico latino americano**

Monografia apresentada ao curso de Economia da Universidade Estadual de Campinas

Dezembro, 2005

Índice:

Introdução	1
Capítulo I - Alguns enfoques acerca do tema “Marginalização Social”	3
Capítulo II - Visão de Marx sobre a marginalização	10
Capítulo III - Interpretação de José Nun acerca do pensamento de Marx	19
Capítulo IV - Interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre o pensamento de Nun	32
Capítulo V - Estudo recente sobre marginalidade urbana na América Latina	39
Capítulo VI - Urbanização e Dependência na América Latina	48
Considerações Finais	65
Referências Bibliográficas	67

Resumo:

Este trabalho procura analisar a questão da Marginalidade Social em seus aspectos gerais. Dada a importância deste tema na atualidade e sua existência em quase todos os países, há a necessidade de um aprofundamento que explique os seus diversos significados e as mudanças experimentadas ao longo dos anos, isto é, as transformações ocorridas que acabaram por alterar as características particulares da população marginalizada. Além disso, convém analisar a atualidade do tema num país tão diversificado como é o Brasil.

Palavras Chaves: Marginalização Social, Análise, Brasil, Atualidade

Introdução:

Considerando o debate sobre Marginalização Social de extrema importância, faz-se necessário um aprofundamento neste tema de forma a elucidar o real significado do tema e de sua importância.

Atualmente, a marginalização social constitui um quadro dramático devido aos recentes acontecimentos de contração da ocupação no setor público, de aumento dos postos de trabalho especializados e técnicos, além de um crescimento relativo da ocupação em setores de baixa produtividade. Ultimamente, esse quadro piorou ainda mais, sendo marcado por queda da absorção da força de trabalho pelo setor moderno/formal, por aumento do emprego, sobretudo, em atividades informais, de baixa qualificação e remuneração e sem qualquer proteção social.

Este trabalho está dividido em seis partes. No capítulo I, discute-se, na visão de Kowarick, algumas opiniões acerca do tema Marginalização Social. Neste capítulo, é destacada a evolução, em termos de significado, sofrida pelo tema, destacando desde a fase em que a marginalização era vista como uma situação de precariedade habitacional de certas pessoas até chegar ao significado defendido por Kowarick e outros autores de que o próprio capitalismo gera uma população excedente.

No capítulo II, descreve-se a opinião de Marx sobre a Marginalização social, destacando algumas de suas principais idéias, tais como a de que a acumulação capitalista gera constantemente uma população trabalhadora adicional, relativamente supérflua, no que tange às necessidades de aproveitamento por parte do capital.

No capítulo III, discute-se a interpretação que Nun faz do pensamento de Marx, falando dos acertos e equívocos relacionados a essa crítica. Já no capítulo IV, discorreremos sobre a crítica que FHC faz sobre a interpretação de Nun feita no capítulo anterior. A principal crítica de FHC sobre o pensamento de Nun está no fato de que este se centra nas “Grundrisse” de Marx para fazer sua análise, não dando a devida atenção à obra posterior de Marx, O Capital.

No capítulo V, destaca-se a visão de Quijano sobre a Marginalização Social, em que o mesmo afirma que a marginalização social é mais intensa nos países que se urbanizaram tardiamente.

Por fim, no capítulo VI, temos a visão de Milton Santos sobre o novo papel, central, exercido pela população, em substituição à era da tecnologia.

Capítulo I:

Alguns enfoques acerca do tema “Marginalização Social”

Segundo Kowarick, em “Capitalismo e Marginalidade na América Latina”, o tema “marginalidade”, nessa região, apareceu como um problema teórico depois da segunda guerra mundial. No entanto, desde aquela época até os dias atuais, não há um consenso em torno desse tema. Há inúmeras interpretações a respeito do que ele significa e do papel exercido por essas pessoas, que se encontram nessa situação marginal, dentro da sociedade capitalista. Kowarick irá dissertar a respeito de algumas delas.

Há interpretações que se referem, segundo ele, à marginalidade em termos de precariedade habitacional a que estão sujeitos certos grupos sociais. Essa situação foi engendrada pela intensa urbanização que ocorreu após a segunda Guerra Mundial provocada, principalmente, pela intensificação das migrações internas, fato que levou inúmeras pessoas a se localizarem na periferia, nos bairros marginais.

Posteriormente, aparecem outras interpretações mais complexas acerca do tema. Além da precariedade habitacional, agregam-se outras condições sócio-econômicas e culturais que caracterizam as pessoas que vivem naquelas áreas, entre elas, destacam-se: baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, falta de participação social etc.

Segundo Kowarick, “o conceito de marginalidade acabou por abranger todo e qualquer fenômeno que redundasse, em última análise, numa forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial”. Para ele, este tema não pode ficar ligado apenas a uma questão de carência de consumo, seja de bens materiais, seja do tipo cultural. Nesse sentido, o importante é

atentar para os mecanismos que estão na origem do processo de marginalização. Kowarick caracterizará a marginalidade enquanto um modo de inserção nas estruturas de produção.

Para ele, a marginalidade é o resultado da própria lógica do processo de acumulação capitalista, não bastando simplesmente afirmar que ela é a “falta de participação”, e nem que pode ser definida por um conjunto de padrões que lhe são ausentes – tanto mais quando se considera que esta ausência será preenchida naturalmente, como se a sociedade possuísse mecanismos auto-reguladores que pudessem eliminar espontaneamente seus “aspectos doentios”.

Nesse sentido, no modo de produção capitalista, há um conjunto de mecanismos que originam a marginalidade e que se exprimem na criação de desempregados e subempregados e, em última instância, na formação do exército industrial de reserva (EIR).

Para Kowarick, essa questão será situada tendo em conta o sistema capitalista tal como se realiza no contexto urbano das sociedades da América Latina atuais.

Ao se comparar a evolução do capitalismo latino americano com a história seguida pelos países desenvolvidos, verifica-se fenômenos distintos no que se refere à marginalidade.

Segundo ele, o capitalismo na América Latina se desenvolve transformando reduzida parte da força de trabalho em trabalhadores assalariados: ao se desenvolver, libera parte da mão-de-obra vinculada às relações de produção tradicionais, que não consegue se transformar em assalariada. Esta liberação é criada com a intensificação do processo industrial, originando grandes parcelas de mão-de-obra que passam a operar sob novas relações de produção arcaicas, presentes em boa parte das atividades que fazem parte do setor terciário. Ao se desenvolver o capitalismo não chega a desarticular as formas tradicionais de produção, ou seja, as economias de subsistência do setor agrícola, o artesanato rural e urbano etc. Pode-se concluir que essa situação trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, que gera e mantém formas de inserção

na divisão social do trabalho não tipicamente capitalistas, as quais constituem partes integrantes do processo de acumulação.

Kowarick afirma que um conjunto de contribuições teóricas desenvolveu um quadro interpretativo, procurando analisar a marginalidade na América Latina. Este conjunto defende que a marginalidade é inerente ao sistema capitalista. No entanto, ao analisar as sociedades latino americanas, avança no sentido de categorizar novos processos que geram marginalidade decorrentes do fato de o sistema ser capitalista e dependente.

O que está em jogo é um novo tipo de desenvolvimento que além de ser superexcludente, também está articulado à criação e manutenção de relações de produção de características arcaicas. Ambos os fenômenos seriam inerentes ao desenvolvimento do capitalismo na América Latina.

A importante conclusão é a de que “o processo de acumulação do capital cria a força de trabalho de que necessita para produzir e se reproduzir e gera a população excedente, não incorporada diretamente no processo produtivo enquanto assalariados”.

Voltando àquela comparação entre América Latina e Europa, vê-se que o tipo de industrialização iniciado pelo século XIX europeu se baseava numa tecnologia que tendia a absorver uma quantidade de mão-de-obra muito superior à quantidade que é absorvida pelos países da América Latina atualmente. Nestes, uma grande parte da população não consegue se inserir no sistema produtivo, aumentando o número dos desempregados ou inativos; além de razoável proporção da força de trabalho que não consegue se estabelecer como assalariada, ficando numa situação de subemprego, principalmente nas ocupações autônomas do setor terciário, ou vinculada às atividades artesanais e à indústria a domicílio. Tais fenômenos são muito analisados no quadro da teoria da acumulação capitalista e no contexto latino americano, em função do caráter dependente da economia e da sociedade dos países da região.

Neste ponto, Kowarick introduz a teoria da dependência, explicando que ela abrange fatores macro-estruturais – políticos, econômicos, sociológicos e culturais – a partir dos quais se analisa a trajetória histórica das sociedades periféricas, considerando suas relações com os países centrais. Nesse sentido, a marginalidade decorre desses fatores macro-estruturais.

No momento, é importante indicar as principais características da acumulação das sociedades da América Latina no seu momento atual, visando detectar suas conseqüências sobre o processo de marginalização.

Convém frisar que, apesar das formas de produção dessas atuais sociedades serem de cunho capitalista, nem por isso deixam de combinar-se com outras não tipicamente capitalistas. Com relação a isso, a situação de dependência faria com que as modalidades produtivas que se tornam hegemônicas no processo de acumulação resultassem de enxertos advindos da dinâmica econômica predominante nos países centrais, sendo que esses enxertos não penetrariam nas sociedades de forma coordenada e integrada, acarretando mudanças abruptas no processo de acumulação, sem que seus efeitos se generalizassem para o conjunto da economia.

Deve-se ressaltar que no início da industrialização, o processo de dependência se dava através da exportação de matérias primas e produtos agrícolas e da importação de produtos manufaturados. Isto mantinha os países periféricos numa situação de dependência na medida em que o processo era controlado por grupos que representavam os interesses dos países centrais, impondo limites à industrialização na América Latina. De acordo com a teoria da dependência, tal tipo de dominação não teve, no que se refere à marginalidade urbana, efeitos tão profundos quanto os da etapa, que se inicia após a 2ª guerra mundial, em que o setor industrial dos países latino americanos se torna o centro hegemônico da economia, e esta hegemonia tende a se

efetivar num contexto monopolístico, controlado pelo capital estrangeiro e apoiado numa tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Levando-se em conta a ótica da marginalidade, de um lado, sob o impacto da 2ª fase da industrialização, parte do setor agrícola se moderniza e passa a liberar mão-de-obra. Além disso, outros ramos entram em decadência, acentuando-se a fuga do campo. Um outro fator importante é que a vida urbana penetra o mundo rural difundindo padrões simbólicos, operando no sentido de aumentar a migração rural-urbana. Por outro lado, nos centros urbanos, a grande indústria expande sua capacidade produtiva, mas, ampliando de forma proporcionalmente limitada o número de empregos. Ou, em outras palavras, nas grandes aglomerações, há o desenvolvimento de um setor moderno que cria um mercado interno restrito, mas em alta contínua e suscita, ao mesmo tempo, uma série de atividades conexas geradores de empregos (como as ocupações autônomas do setor terciário), mas cujo efeito de atração é muito maior do que sua capacidade de absorção.

Pode-se concluir disso tudo que o caráter do desenvolvimento da América Latina, apoiado no grande capital monopolístico, foi baseado na baixa utilização relativa de mão-de-obra através de uma tecnologia altamente desenvolvida. “A adoção dessa tecnologia, dentro de uma estrutura capitalista que não havia absorvido as populações liberadas nos anos 20 e 30, produziu um efeito desastroso para a população dos nossos países. A estrutura empresarial não pode absorver a mão-de-obra liberada do campo e o aumento da população. Daí que o resultado deste tipo de desenvolvimento tenha levado a um agravamento do problema de marginalidade social e econômica”.

Kowarick, neste ponto, cita Quijano quando este afirma que a industrialização dependente é, por isso, excludente e que sua própria lógica leva inevitavelmente à marginalização de

crescentes setores da população urbana. Quijano ainda atenta para o fato de que “os fatores que conduzem de modo inevitável à marginalização da população urbana não são somente as tendências redutivas do mercado de trabalho das novas empresas industriais, mas também a relativa marginalização de certos ramos de produção dentro do novo esquema de industrialização dependente”.

Deve-se atentar para o fato de que tanto o capitalismo dependente quanto o autônomo respondem a uma lógica que tende, na medida em que se desenvolve, a se organizar de forma monopolística, tendo os mesmos efeitos de poupar mão-de-obra e provocar o declínio de certas modalidades produtivas tradicionais.

Depois de fazer essa análise, Kowarick começa a dar ênfase na distinção entre trabalhadores marginais e não marginais. Afirma, primeiramente, que, para ele, o conceito de marginalidade é equacionado em termos do processo de inserção no sistema produtivo, sendo que a marginalidade a que seu livro se refere tem como alvo a classe trabalhadora urbana. Para ele, o que está em foco é a teoria das classes sociais e de como no seio da classe trabalhadora se configuram as formas de inserção nas estruturas produtivas.

O que caracteriza os trabalhadores marginais é que sua inserção no sistema produtivo supõe tipos de exploração diferentes daqueles característicos da parcela integrada da classe trabalhadora, ou seja, os assalariados que estão presentes no setor fabril e no setor terciário organizado sob a forma de empresas. Constituem força de trabalho que não é absorvida pelas formas típicas que o capitalismo no processo de sua expansão tende a generalizar.

Os trabalhadores marginais participam de unidades produtivas com tecnologia e relações de trabalho arcaicas, o que não permite defini-las como tipicamente capitalistas. Por outro lado, podem-se também apontar como marginais aqueles que trabalham por conta própria, destacando-se o artesanato e a indústria a domicílio como categorias padrão de trabalhadores marginais.

Neste momento, Kowarick introduz as categorias de mercado formal (MF) e mercado não formalizado (MNF). Segundo ele, o MF baseia-se num tipo de emprego que tem uma definição legal. Nele, o trabalhador vende sua força de trabalho a um único empregador, e tende a proporcionar um único emprego estável. Já no MNF, há a firma não registrada, onde o emprego não tem reconhecimento legal. O MNF caracteriza-se por uma multiplicidade de patrões (consumidores de serviços pessoais), sendo que a relação não envolve um emprego fixo, mas uma tarefa específica, geralmente, de curta duração. No entanto, o que interessa para a questão da marginalidade urbana é apontar que no MNF se desenvolvem relações de trabalho diferentes do quadro que caracteriza o salariato.

A permanência nestes tipos de trabalho do MNF se explica devido ao fato de o MF ter uma limitada capacidade de absorção de mão-de-obra.

Com relação ao conceito de exército industrial de reserva, Marx, em o *Capital*, esse exército, de um lado, serve ao capital nos momentos de sua expansão: “nesses casos, grandes massas humanas tem de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as”. De outro, enquanto uma massa que está em reserva pressiona os trabalhadores que estão na ativa no sentido de diminuir os salários pagos.

Kowarick afirma que “tudo leva a crer que os grupos marginais, não obstante as transformações ocorridas no processo de acumulação, continuam desempenhando o papel de exército industrial de reserva e que esse papel é decorrente do movimento contraditório, básico e necessário, que opõe o trabalho ao capital”.

Capítulo II:

Visão de Marx sobre a marginalização:

Antes de entrar na análise sobre a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, Marx começa sua argumentação, no capítulo 23 de “O Capital”, explicitando o que entende por composição do capital e inicia uma análise das conseqüências de um aumento adicional de capital, enquanto a composição técnica do mesmo permanece constante.

Para Marx, a composição do capital, segundo uma perspectiva do valor, é determinada pela proporção em que se divide em capital constante, ou seja, valor dos meios de produção, e capital variável, isto é, valor da força de trabalho. No entanto, essa composição também pode ser determinada pela proporção entre, de um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, de outro lado, a quantia de trabalho exigida para seu emprego, caso seja compreendida da perspectiva da matéria. Marx denomina a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital e expressa a correlação entre ambas, chamando a composição valor do capital, na medida em que é determinada por sua composição técnica, de composição orgânica do capital.

Considerando uma composição constante, Marx afirma que o crescimento do capital leva a um aumento de sua parte variável. Para ele, uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável.

A partir desse ponto, Marx desenvolve a sua argumentação a respeito do aumento salarial, afirmando que, como mais trabalhadores são ocupados a cada ano que passa, atingir-se-á um ponto em que as necessidades da acumulação começam a crescer além da oferta de trabalho, o que leva ao aumento dos salários, fato conhecido na Inglaterra durante o século XV e primeira

metade do XVIII. De acordo com Marx, do mesmo modo que a reprodução simples, a reprodução em escala ampliada reproduz continuamente a relação capital, agora em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores de um lado, mais assalariados, de outro. Para ele, “a reprodução da força de trabalho que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui um momento da própria reprodução do capital. A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”. (Marx. A lei Geral Da acumulação Capitalista. In: Os Economistas v.1 T.2 pg 188)

Para Marx, a lei da acumulação capitalista expressa somente que sua natureza elimina toda diminuição no grau de exploração do trabalho ou todo aumento do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada.

Ultrapassando essa fase de composição técnica do capital constante, Marx afirma que no transcurso da acumulação sempre aparece um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais forte alavanca da acumulação.

Levando-se em consideração o fato de que o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, por um tempo determinado e com o mesmo gasto de força de trabalho, transforma em produto, pode-se concluir que a massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho. O acréscimo dessa última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela.

Essa transformação na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção em relação à massa da força de trabalho que os movimenta, reflete-se, em sua composição em valor, no aumento da parcela constante do valor do capital à custa de sua parcela

variável. No entanto, uma observação deve ser feita: apesar da diminuição relativa da parte variável do capital com o progresso da acumulação, ainda há espaço para o crescimento de sua grandeza absoluta.

Para Marx, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho necessita de cooperação em larga escala, o qual só se concretiza pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada dos capitalistas.

Marx salienta bastante o seu argumento de que com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e, com este modo de produção, a acumulação do capital. E também salienta que são esses dois fatores que criam essa mudança na composição técnica de capital.

Para Marx, a produtividade do trabalho, a qual depende da escala da produção, é um fator que torna possível a diminuição dos preços das mercadorias, importante aspecto na luta da concorrência. Os capitais maiores vencem os menores devido à sua maior escala e, portanto, ao maior poder de diminuição de preços. Ademais, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, aumenta o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. Os capitais menores disputam esferas de produção das quais a grande indústria se apoderou de modo incompleto. No entanto, a concorrência sempre se encerra com a derrota de vários capitalistas menores, cujos capitais ou se tornam posse do vencedor ou se perdem.

Segundo Marx, outra arma na luta da concorrência e que se constitui com a produção capitalista é o sistema de crédito, o qual também favorece a centralização dos capitais. Nesse sentido, tanto a concorrência como o crédito se tornam as duas mais poderosas alavancas da centralização.

Como conseqüências dessa centralização podemos dizer que ela permite, aos capitalistas industriais, expandir a escala de suas operações, além de reforçar e acelerar os efeitos da acumulação e as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a sua parcela constante à custa da variável e, portanto, diminuem a demanda relativa de trabalho.

Segundo Marx, os capitais adicionais formados no transcurso da acumulação normal servem como instrumentos para a exploração de novas invenções e descobertas. Porém, também o velho capital atinge com o tempo o momento de sua renovação, quando igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalhador é suficiente para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas.

Para ele, a diminuição absoluta da demanda de trabalho torna-se tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massa, graças à centralização. Por um lado, o capital adicional atrai, em proporção a seu tamanho, cada vez menos trabalhadores e, por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele cada vez mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele.

De acordo com Marx, o modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho e a modificação causada na composição orgânica do capital avançam com rapidez superior ao progresso da acumulação, uma vez que tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é seguida pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Como já dito, há uma mudança na proporção entre a parcela constante e a variável do capital com o avanço da acumulação, ou seja, quando o capital cresce, ao invés de metade do valor original, progressivamente $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{5}$ etc se convertem em força de trabalho, enquanto que $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{5}$ etc, em meios de produção. Uma vez que a demanda de trabalho é determinada pelo componente variável do capital, ela diminui progressivamente com o

crescimento do capital global. Na verdade, com esse último, também cresce seu componente variável, mas em proporção continuamente decrescente. Esse decréscimo relativo de sua parte variável aparece, por outro lado, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de produção. No entanto, a acumulação capitalista gera constantemente uma população trabalhadora adicional, relativamente supérflua, no que tange às necessidades de aproveitamento por parte do capital.

Levando-se em conta o capital global da sociedade, o movimento de sua acumulação às vezes provoca variações periódicas, outras vezes seus movimentos se repartem nas distintas esferas da produção. E em todas elas, o aumento da parte variável do capital está ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, quer assuma esta a forma de repulsão de trabalhadores ocupados, quer a de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros.

Segundo Marx, com a grandeza do capital social em funcionamento, com o grau de seu crescimento, com o aumento da escala de produção e do montante de trabalhadores postos em movimento, com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, aumenta-se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está associada à maior repulsão dos mesmos, acelera a rapidez da mudança da composição orgânica do capital e de sua forma técnica. Nesse ponto, Marx afirma que, com a acumulação do capital gerada por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa.

Marx enfatiza que “se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência de modo de produção capitalista. Ela constitui um exercito industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela

proporciona, às suas mutáveis necessidades de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional”. (Marx. A lei Geral Da acumulação Capitalista. In: Os Economistas v.1 T.2 pg 200) Uma das conseqüências da acumulação e do desenvolvimento da força produtiva do trabalho é a aumento da força de expansão do capital devido ao crescimento da sua elasticidade e à riqueza absoluta e também devido ao crédito, o qual coloca à disposição da produção, como capital adicional, parte incomum dessa riqueza. Ademais, as condições técnicas do processo de produção (maquinaria, meios de produção...) permitem, em maior escala, a transformação mais rápida de mais-produto em meios de produção adicionais. A massa da riqueza social, superabundante com o progresso da acumulação e transformável em capital adicional, dirige-se a ramos de produção antigos, nos quais o mercado cresce abruptamente, ou em ramos recém abertos. De acordo com Marx, “em todos esses casos, grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra de escala de produção em outras esferas. A superpopulação as provê”. (Marx. A lei Geral Da acumulação Capitalista. In: Os Economistas v.1 T.2 pg 201)

Marx também chama a atenção para o fato de que o capitalista consegue, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho, colocar em ação, com o mesmo gasto de capital variável, mais trabalho através da exploração extensiva e intensiva das forças de trabalho individuais. E, além disso, ele compra, com capital do mesmo valor, mais trabalhadores ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina etc.

Pode-se dizer que a formação de superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores progride de maneira mais rápida do que a revolução técnica do processo de produção. Se os meios de produção, por se tornarem mais eficientes e aumentarem em volume, tornam-se meios

de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada novamente pelo fato de que, “à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto a maior pressa que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento da capitalista individual e acelera a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social”. (Marx. A lei Geral Da acumulação Capitalista. In: Os Economistas v.1 T.2 pg 203)

Do que foi dito, Marx analisa a situação e conclui que, grosso modo, o aumento e a diminuição do exército industrial de reserva, devido à variação periódica do ciclo industrial, determina os movimentos gerais do salário. Esses movimentos são determinados, portanto, pela proporção variável em que a classe trabalhadora se reparte em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou diminuição da dimensão relativa da superpopulação.

Esse exército de reserva exerce pressão, ao longo dos períodos de estagnação e prosperidade média, sobre o exército ativo de trabalhadores e reprime suas pretensões ao longo do período de superprodução. Logo, a superpopulação diminui o raio de ação da lei de oferta e da procura de mão-de-obra.

Neste momento, Marx inicia sua análise acerca das distintas formas da superpopulação relativa, explicando que ela pode aparecer na forma líquida, latente ou estagnada.

- Nos centros da indústria moderna – fábricas, manufaturas – os trabalhadores são, algumas vezes, repelidos e, outras vezes, atraídos, de tal forma que o número de ocupados continua a crescer, mas em proporção decrescente em relação à escala da produção. A

superpopulação aparece aí na sua forma fluente. Em todas as fábricas ou grandes oficinas em que a maquinaria entra em ação ou em que a moderna divisão do trabalho é aplicada, necessita-se de vários trabalhadores masculinos até ultrapassarem a juventude. Depois que a ultrapassaram, somente um pequeno número permanece no emprego no mesmo ramo de atividade, enquanto que a maior parte é geralmente demitida. Esta constitui um elemento da superpopulação fluente, que aumenta com o tamanho da indústria. O consumo da força de trabalho pelo capital é tão rápido que o trabalhador de mediana idade já está mais ou menos esgotado. Ele acaba se dirigindo para as fileiras dos excedentes ou vai de um cargo mais alto para um inferior.

- À medida que a produção capitalista se apodera da agricultura, diminui, com a acumulação do capital, a demanda absoluta de população trabalhadora rural, sem que sua repulsão, como na indústria não agrícola, seja complementada por maior atração. Uma parcela da população rural permanece, por essa razão, na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espera de circunstâncias favoráveis a essa transferência. O fluxo constante dessa fonte da superpopulação relativa para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no campo. O trabalhador rural recebe o mínimo do salário.
- No que tange à forma estagnada, esta é formada por parte do exército ativo de trabalhadores que possui ocupação muito irregular. Ela oferece ao capital, portanto, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível e sua condição de vida desce abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, pois apresenta o máximo de tempo de serviço e mínimo de salário. Ela absorve os redundantes da grande indústria e da

agricultura e de ramos industriais decadentes, mas constitui, também, um elemento auto-reprodutor e autoperpetuador da classe operária.

- O pauperismo constitui o mais profundo sedimento da superpopulação relativa. Estão nessa camada os aptos para o trabalho, órfãos e crianças indigentes, degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho etc.

Marx conclui seu raciocínio, dizendo que “quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. Quanto maior a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista”. (Marx. A lei Geral Da acumulação Capitalista. In: Os Economistas v.1 T.2 pg 209)

Capítulo III:

Interpretação de José Nun acerca do pensamento de Marx:

No texto “Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal”, Nun faz sua interpretação sobre as idéias de Marx no que concerne esses conceitos. Ele propõe, com esse trabalho, situar teoricamente o tema da marginalidade ao nível das relações de produção.

Antes de entrarmos na análise feita por Nun, convém explicar o significado que tem, para ele, a teoria geral do materialismo histórico. Esta teoria, a que se fará referência posteriormente, oferece as principais ferramentas conceituais, necessárias ao trabalho científico, a fim de elaborar o conhecimento de cada modo de produção e das categorias que definem sua estrutura, sendo esse conhecimento um objeto abstrato-formal.

Essa interpretação de Nun se inicia com a sua análise do conceito de superpopulação relativa.

Para ele, “O Capital” de Marx elabora parcialmente a teoria particular do modo de produção capitalista durante sua fase competitiva. E os comentaristas dessa obra são levados a se enganarem em relação aos conceitos expostos por Marx, entendendo que superpopulação relativa e exército industrial de reserva são sinônimos. Esse equívoco tem origem no próprio título de um dos capítulos da obra, a saber, “Produção progressiva de uma Superpopulação relativa ou Exército industrial de reserva”.

De acordo com Nun, essa assimilação é incorreta devido ao fato de que além de se tratar de duas categorias distintas, elas também se encontram em diferentes níveis de generalidade, ou seja, o conceito de exército industrial de reserva corresponde à teoria particular do modo de

produção capitalista, enquanto que os conceitos de população adequada e de superpopulação relativa fazem parte da teoria geral do materialista histórico.

Para Nun, essa confusão será solucionada na publicação das “Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie”. A partir desse momento, Nun, selecionando as passagens importantes deste texto, resume o argumento em que se fundam as noções de população adequada e de superpopulação relativa:

1. Os trabalhadores e os meios de produção são os fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, constituindo, no entanto, apenas fatores em estado virtual se se mantiverem separados. Ou seja, de acordo com Marx, para qualquer produção, é necessário que esses fatores se combinem, sendo que a maneira singular em que se dá essa combinação é a que diferencia as distintas épocas econômicas pelas quais tem passado a estrutura social.
2. A forma particular que essa combinação assume determina, em cada caso, o tamanho da população considerada adequada: “seus limites dependem da elasticidade da forma de produção determinada; variam, contraem-se ou se expandem de acordo com estas condições”.(Nun,1969:181)
3. A parcela da população que ultrapassa tais limites permanece no estado de fator virtual pelo fato de que não consegue se ligar nem aos meios de sua reprodução nem aos produtos. Essa parcela é denominada de superpopulação. É importante enfatizar que, segundo Marx, o trabalhador entra nessa categoria de superpopulação por causa dos meios de emprego e não por causa dos meios de subsistência.
4. Nun tira algumas conclusões a partir dos três pontos acima. Em primeiro lugar, afirma que os limites da população adequada fixam os da superpopulação, uma vez que a base que os determina é a mesma. Em segundo lugar, explica que o excedente de população é

sempre relativo, porém, não aos meios de subsistência em geral, mas ao modo vigente para sua produção. E, finalmente, afirma que as condições de produção dominantes decidem tanto o caráter quanto os efeitos da superpopulação.

Nesse momento, Nun retoma sua conclusão, afirmando que o conceito de superpopulação relativa pertence à teoria geral do materialismo histórico e que Marx aponta esse fato ao explicar que cada modo de produção apresenta suas próprias leis de crescimento da população e da superpopulação, sendo esta última sinônimo de pauperismo.

E acrescenta, antes de entrar na sua análise sobre o exército industrial de reserva, que seria importante introduzir a idéia de função, empregando-a “como uma noção metateórica, referida a uma classe de atributos excludentes compreendidos em uma proposição formal do tipo: “dados um elemento X e um conjunto Y, a relação entre ambos pode ser funcional, disfuncional ou afuncional”” (Nun,1969:182). Se se aplica esse enunciado ao objetivo de Nun, leva-se a indagar, em cada caso, sobre funcionalidade que cobre o excedente populacional e, de acordo com ela, sobre os mecanismos de resposta que as distintas instâncias estruturais do modo de produção executam.

Voltando-se, nesse momento, mais para a análise do conceito de exército industrial de reserva, Nun afirma que a equivocada “assimilação das categorias superpopulação relativa e exército industrial de reserva tem levado a confundir, no estudo do capitalismo, os processos específicos que geram uma população excedente com os efeitos que esta provoca no sistema” (Nun,1969:184-185). De acordo com ele, se nos questionar acerca daqueles processos específicos, conseguiremos obter as características próprias da superpopulação relativa deste modo de produção, enquanto que o conceito de exército industrial de reserva corresponde à análise dos seus efeitos, das relações dessa superpopulação com a estrutura global. Pode-se concluir, com base na interpretação de Nun, que, nesta forma produtiva, nem toda

superpopulação constitui necessariamente um exército industrial de reserva, uma vez que esta categoria indica uma relação funcional desse excedente com o sistema em seu conjunto.

Para Nun, esse equívoco entre o fenômeno e suas conseqüências tem como origem dois fenômenos, a saber, a evolução do pensamento de Marx, o qual utiliza o conceito de exército industrial de reserva em dois momentos diferentes do desenvolvimento de suas análises econômicas, e a tendência de reduzir as totalidades complexas a processos simples entre dois contrários.

Segundo Nun, Marx muda significativa e qualitativamente seu enfoque econômico quando escreve as “Grundrisse”. Anteriormente, Marx dava grande importância ao mercado, ao sistema de troca que rege as relações da sociedade civil. Nas “Grundrisse” percebe que essa perspectiva era superficial e analisa, pela primeira vez, a economia da produção de forma sistemática.

O que Nun quer enfatizar é que, como a noção de exército industrial de reserva já estava presente nos escritos juvenis de Marx e Engels e é recolocada por ambos em seus trabalhos mais maduros, não tem como este “corte epistemológico” não afetar o sentido inicial do conceito.

Em outras palavras, pode-se dizer que, anteriormente às “Grundrisse”, superpopulação relativa e exército industrial de reserva eram sinônimos, pois o foco da análise era as conseqüências desse excedente sobre o mercado de trabalho, não tendo, todavia, uma perspectiva clara do processo de produção capitalista. A partir dessa obra, há a necessidade, de acordo com Nun, de se distinguir as duas noções na maneira como ele propõe, uma vez que se passa a compreender o processo de produção capitalista.

Aprofundando mais a sua argumentação, Nun começa, neste momento, a dissertar acerca da análise de Marx antes das “Grundrisse”, dizendo que, até a década de 1850, Marx e Engels pensavam o mercado como a categoria principal para entender a lógica da economia burguesa. E,

dito isto, resume suas principais opiniões nessa época: em primeiro lugar, acreditavam, da mesma forma que Ricardo que a análise das relações entre o capital e o trabalho se extrai do estudo dos movimentos da oferta e da demanda no mercado. Em segundo lugar, também confiavam que quando os salários decresciam, os lucros elevavam-se. Em terceiro lugar, acreditavam na tese ricardiana dos salários do mínimo fisiológico de subsistência. Em quarto lugar, atribuíam papel importante à concorrência dos trabalhadores entre si para estabelecer esse ponto de equilíbrio. E, finalmente, acreditavam que o excedente de trabalhadores era determinado pela existência de uma população supernumerária ou exército industrial de reserva, o qual tinha por origem ou a separação dos produtores dos seus meios de produção ou a substituição do trabalhador pela máquina cada vez que os salários tendiam a elevar-se ou as crises periódicas do sistema.

Nun mostra que ao examinar, por exemplo, o Manifesto Comunista, nota-se que não apresenta uma teoria do processo de acumulação capitalista, a não ser na medida em que esta possa ser deduzida do conceito de exploração. E, mesmo assim, esta categoria é muito distinta da que defenderão “Grundrisse” e “O Capital”: trata-se de um verdadeiro “consumo destrutivo” do trabalhador. A relação capital-trabalho é concebida como um jogo de soma zero. A condição essencial da existência e dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital. Quanto à condição de existência do capital, encontramos o trabalho assalariado, o qual repousa sobre a concorrência dos trabalhadores entre si. Nun enfatiza que outro autor, Nicolaus, afirma que até aqui Marx ainda considera o mercado como o centro de gravidade da sociedade burguesa que neste caso crê em uma mudança significativa de toda a estrutura social se ocorrer uma transformação no mercado de trabalho.

A ocorrência da superpopulação deve ser estudada em termos de suas conseqüências equilibradoras para o sistema, quer dizer, em termos de exército industrial de reserva. Este deve cumprir duas funções no mercado de trabalho. Primeiramente, reforça a concorrência entre os

trabalhadores e comprimi os salários até o nível do mínimo fisiológico de subsistência, fato necessário para a exploração que leva à formação e ao aumento do capital. E deve também cumprir a função de manter constantemente disponível um montante de trabalhadores a fim de que a indústria consiga, durante os meses de maior atividade, produzir no mercado a quantidade de mercadorias demandadas.

Das “Grundrisse” em diante, as premissas ricardianas são abandonadas. No entanto, antes de falar sobre a análise de Marx depois dessa obra, Nun ressalta a introdução da distinção entre trabalho e força de trabalho, entre valor de troca e valor de uso da mercadoria trabalho. Quando o trabalhador vende, no mercado, seu trabalho e o capitalista lhe paga um salário, produz-se uma mera troca de equivalentes. No entanto, aquilo que o trabalhador “alienou” é a única mercadoria capaz de produzir valor, ou seja, o trabalhador vendeu força de trabalho e não trabalho. Conseqüentemente, nessa específica operação de troca, o uso que o comprador fará da mercadoria comprada condiciona a estrutura mesma da transação, ou seja, o capitalista paga o valor de troca da força de trabalho (salário) para conseguir a posse de seu valor de uso, exclusivamente em virtude de este lhe permitir gerar um novo valor de troca, superior ao que pagou.

Segundo Nun, a exploração do trabalho assalariado constitui o motor do sistema, não se tratando mais de um “consumo destrutivo” do trabalhador, mas dessa apropriação capitalista de seu poder criador, do trabalho que ultrapassa o necessário para repor o preço pago pela mão-de-obra. Dessa forma, a teoria da mais-valia se transforma na chave para entender o processo de acumulação capitalista e para descobrir a estrutura interna do capital.

Para Nun, isso tudo muda significativamente o eixo teórico da análise das relações entre o capital e o trabalho. E o estudo da estrutura interna do capital induz a distinguir os vários tipos de mais-valia e a considerar o princípio geral de Ricardo, “se os salários aumentam, os lucros

diminuem”, como apenas um dos casos particulares possíveis. Dessa forma, delineia-se a alternativa de uma relação capital-trabalho como jogo de soma positiva e, de acordo com Nun, Marx deixa de lado a idéia de uma tendência ao empobrecimento absoluto da classe trabalhadora. Agora, cada capitalista enxerga os trabalhadores como consumidores e tentam convencê-los de que têm novas necessidades. Este aspecto da relação entre capital e trabalho esclarece porque o valor de troca da força de trabalho é formado por um elemento puramente físico e outro de caráter histórico ou social.

Nun afirma, nesse momento, que “o valor do trabalho – o salário – é a forma externa de manifestação da força de trabalho e que somente através desta categoria se torna inteligível a combinação particular que define o modo de produção capitalista: o trabalho assalariado, como a básica relação social de produção, e a apropriação da mais-valia, como a básica força social de produção”. (Nun,1969:190)

Segundo Nun, nas “Grundrisse”, Marx formula sua teoria geral da população adequada e da superpopulação relativa, esclarecendo que é somente no modo de produção capitalista que o pauperismo – superpopulação – encontra sua origem no trabalho, o mesmo que no desenvolvimento da força produtiva do trabalho. De acordo com Nun, neste sistema, o trabalhador só pode ter acesso aos meios de produção para realizar o trabalho necessário à reprodução de sua existência se seu trabalho excedente tiver algum valor para o capital. Quando isso deixa de acontecer, é o trabalho necessário para o trabalhador que se torna excedente e, conseqüentemente, o trabalhador passa a ser supérfluo. Esta a lei particular que rege “a existência de uma superpopulação trabalhadora como produto necessário da acumulação ou do incremento da riqueza dentro do regime capitalista” (Marx, 1956, I, p.509). Nun afirma, entretanto, que Marx não fala nada sobre a funcionalidade, a disfuncionalidade ou a afuncionalidade das relações que se estabelecem entre essa população e o sistema em seu conjunto.

Depois de feita toda essa análise sobre o pensamento de Marx, Nun começa a debater as idéias de Marx escritas no capítulo 23 de “O Capital”.

O modo de produção capitalista produz uma superpopulação relativa independentemente do comportamento da composição orgânica do capital, em que esta última tanto pode variar como permanecer constante. No entanto, há uma tendência a aumentar esta composição orgânica através do incremento do capital constante. Como já foi dito, a população trabalhadora excessiva para as necessidades médias de exploração do capital é um produto necessário da acumulação ou do aumento da riqueza no interior do regime capitalista.

Marx, nesse capítulo, acaba concluindo que esta superpopulação se transforma em alavanca da acumulação de capital, em uma das condições de vida do regime capitalista de produção. Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo absoluto.

Para Nun, o principal objeto da obra de Marx é a instância econômica do modo de produção capitalista em sua fase competitiva. Ele afirma que tanto na fase competitiva como na monopolística prevalece a lei da superpopulação relativa nos termos expostos anteriormente, variando, no entanto, seu caráter e conseqüências.

Nesse momento, Nun discorrerá sobre essas duas fases, refletindo, primeiramente sobre a fase competitiva.

Ele começa essa análise explicando que em um mercado de livre concorrência, os preços são flexíveis e os lucros nominais tendem a ser constantes. O progresso técnico, passado o tempo em que somente o inovador tem vantagem, difunde-se, levando ao barateamento das mercadorias correspondentes. De acordo com Nun, os economistas clássicos pensariam que o desemprego ocasionado pela introdução das maquinarias seria solucionado mediante aumento da demanda, a

qual acarretaria a expansão da produção e a reabsorção dos trabalhadores expulsos ou mediante transferência de mão-de-obra. Nessa fase, a idéia de uma reabsorção provável é aceita por Marx.

Marx considera que o curso típico da indústria moderna supõe ciclos descendentes, cuja repetição constante engloba períodos de animação média, produção a todo vapor, crises e estancamento. Além de ressaltar que a acumulação e o aumento da produtividade capacitam o capital de uma força súbita de expansão, com a qual se lança a velhos ramos de produção, cujo mercado se expande instantaneamente, ou a ramos de nova exploração.

Levando todos esses fatores em consideração, Nun ressalta que a superpopulação relativa se expande ou se contrai de acordo com as alternativas periódicas do ciclo industrial, podendo-se compreender agora a funcionalidade que reveste a superpopulação na fase competitiva do modo de produção capitalista e porque é válido analisá-la em termos de como atua como exército industrial de reserva. Neste momento, Nun chama a atenção para o fato de que, na época em que Marx escreve, o desenvolvimento da maquinaria tende a levar à progressiva desqualificação profissional do trabalhador, extinguindo a hierarquia de trabalhadores especializados própria da manufatura. E é por causa disso que dá por suposta uma homogeneização crescente da mão-de-obra a baixos níveis de qualificação, facilitando sua substituição.

De acordo com Nun, “num primeiro termo, a superpopulação relativa provê os braços requeridos na etapa ascendente do ciclo econômico. Por outro lado, é condição necessária para as mencionadas expansões súbitas do capital que exigem que haja grandes massas de homens disponíveis, para poder lança-los imediatamente aos pontos decisivos, sem que as escalas de produção nas outras órbitas sofram quebras. Esta é a função direta que cumpre no sistema o excedente de população e dela deriva seu nome: constitui uma reserva, lista para responder a qualquer aumento na demanda de força de trabalho devida a processos expansivos do capital”.

(Nun, 1969:197-198)

Nun acrescenta também que a superpopulação desempenha funções indiretas, como por exemplo, o empresário pode tirar proveito da pressão que estabelece a concorrência dessa massa disponível sobre a mão-de-obra ocupada para forçar os trabalhadores que trabalham a trabalhar mais e a submeter-se às imposições do capital. Ou ainda, utilizando um exemplo mais importante, que é a função indireta da superpopulação relativa concernente ao preço da força de trabalho, a superpopulação relativa é o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e a demanda de trabalho. Graças a ela, o raio de ação dessa lei fica contido dentro dos limites que convém à ganância e ao despotismo do capital. Para Nun, essa idéia é correta e confirma a diferença já apontada com os escritos anteriores à “Grundrisse”. O que se está falando não é a pauperização absoluta dos trabalhadores ocupados devido a uma função direta do exército industrial de reserva sobre os salários, mas de seu empobrecimento relativo quando comparado ao montante crescente de mais-valia de que se apoderam os capitalistas, sem prejuízo de que seus ingressos possam aumentar. O que acontece é que estes aumentos ocorrem dentro de certos limites, condicionados pela existência de uma superpopulação. É por causa disso que a situação do trabalhador se deteriora à medida que se acumula capital, qualquer que seja sua retribuição.

Neste ponto, Nun sintetiza a análise da fase competitiva do modo de produção capitalista nos seguintes termos: “na sua fase competitiva, o modo de produção capitalista gera uma superpopulação relativa que estabelece relações predominantemente funcionais com o sistema. Interessado em mantê-la, este arbitra diversos recursos, que vão desde as instituições de ajuda até as ideologias da esperança. É esta básica funcionalidade da superpopulação a que categoriza o conceito de exército industrial de reserva”. (Nun, 1969:198-199)

Agora, Nun começa a analisar a fase monopolística, a qual requer uma revisão teórica do argumento anterior. No mercado oligopólico, a grande corporação fixa o preço e, desta forma, as diminuições de custos se traduzem menos em um barateamento do produto que em um aumento

significativo dos lucros. Nessa fase, as grandes empresas são os principais personagens, apoderam-se de uma parcela cada vez maior do excedente econômico e se beneficiam com crescentes retornos de escala. Também nessa fase, os descobrimentos científicos e as inovações tecnológicas se vinculam ao processo produtivo e aceleram a obsolescência do capital constante, ao tempo em que sua difusão é controlada e difundida. Observa-se, além disso, que a produtividade da mão-de-obra aumenta notavelmente e que à medida que avança a mecanização, cada unidade de capital ou de produto exige uma maior especialização do trabalho. Conseqüentemente, diminuem as probabilidades de transferir trabalhadores de um ramo para outro, ou seja, perde sustentação a idéia vista anteriormente de uma reabsorção possível dos trabalhadores deslocados pela máquina, com isso, a demanda industrial de trabalho tende a se contrair ou estagnar. Neste ponto, Nun concorda com o que o autor Seligman afirmou: “o caudal de trabalhadores excedentes que vão se acumulando é cada vez menos utilizável pelas técnicas existentes e não pode competir com as máquinas”. E, além disso, o processo de automação leva a prescindir de qualificações produtivas prévias, as quais, “carentes de uso, se deterioram, criando uma barreira permanente entre o deslocado e o ocupado. A massa dos não qualificados irá ficar estancada e a sociedade não a colocará em atividade porque não tem nenhuma função para ela – se tornam um conglomerado de pessoas econômica e socialmente inúteis”. (Nun, 1969:199)

Agora, Nun chega a um dos pontos importantes de defesa de sua opinião de que há uma assimilação incorreta entre os conceitos superpopulação relativa e exército industrial de reserva. Ele afirma que, neste estágio da acumulação capitalista, é insuficiente conceituar essa superpopulação relativa somente como exército industrial de reserva, se se toma por eixo de reflexão o setor monopolístico hegemônico.

Levando em consideração aquela função direta exercida pela superpopulação relativa, para a grande indústria automatizada, sua importância diminui significativamente em virtude da redução a um mínimo do tempo e da quantidade de trabalho requeridos.

O mesmo ocorre com a função indireta devido ao fato de que a própria lógica do sistema limita a saliência do problema salarial no caso das grandes corporações. De acordo com Nun, a posição privilegiada no mercado da empresa monopolística e sua avançada estrutura técnica, tornam compatível um incessante desenvolvimento da exploração com uma melhora ascendente do nível de vida dos trabalhadores. Na indústria automatizada a proporção capital variável sobre capital constante cai para debaixo de 5%, explicando a importância restrita da função indireta da superpopulação relativa.

Para Nun, “uma análise em termos de sua funcionalidade é necessária, mas não suficiente para caracterizar as relações entre a superpopulação relativa e o setor dominante da economia, que devem ser concebidas também desde o ponto de vista de sua afuncionalidade e disfuncionalidade possíveis”. (Nun,1969:201)

Para essa parcela afuncional ou disfuncional da superpopulação relativa, Nun reserva o nome de “massa marginal”. Portanto, esse conceito, da mesma forma que o conceito de exército indústria de reserva, situa-se ao nível das relações que se estabelecem entre a população excedente e o setor produtivo hegemônico. “A categoria implica assim uma dupla referência ao sistema que, por um lado, gera este excedente e, por outro, não precisa dele para seguir funcionando”. (Nun,1969:201)

Deve-se, no entanto, alertar para o fato de que os desocupados podem ser um exército industrial de reserva para o setor competitivo e uma massa marginal para o monopolístico, uma vez que as grandes corporações monopolísticas coexistem com uma massa de pequenas e médias empresas, que operam em termos parecidos aos do estado competitivo.

Em síntese, na fase competitiva, pode-se supor, em termos gerais, que a população excedente atue como um exército industrial de reserva, no entanto, na fase monopolística, a própria lógica do sistema obriga a diferenciar a parcela que cumpre essa função da que constitui uma massa marginal.

Capítulo IV:

Interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre o pensamento de Nun:

O objetivo de FHC em seu livro “O modelo político brasileiro” ou, mais especificamente, quando se propõe a debater os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade é comentar as idéias de Nun em “superpoblacion relativa, ejercito industrial de reserva y massa marginal”.

FHC começa por fazer um resumo das idéias de Nun naquele livro, destacando que este autor tinha por finalidade conseguir estruturar a noção da massa marginal, a partir da critica da assimilação que outros autores fazem entre superpopulação relativa e exército industrial de reserva.

Nesse resumo, FHC expõe a opinião de Nun de que aquela assimilação é incorreta devido ao fato de que se trata de categorias diferentes e que o conceito de exército industrial de reserva corresponde às teorias particulares do modo de produção capitalista, enquanto que o conceito de superpopulação relativa pertence à teoria geral do materialismo histórico. Também exhibe o resumo feito por Nun, em seu livro, do argumento em que se fundam as noções de população adequada e de superpopulação relativa (aqueles quatro pontos apresentados no início do capítulo anterior).

De acordo com FHC, e diferentemente do pensamento de Nun, o pensamento de Marx aparece de forma mais articulada em “O Capital” e não nas “Grundrisse”. Além disso, para ele, é naquele livro que as diversas categorias se determinam no contexto do modo de produção capitalista.

FHC critica a visão de Nun de que seja nos “Grundrisse” que Marx esclarece a relação entre teoria geral da população, papel das superpopulações e das populações adequadas,

insistindo no fato de que o conceito de exército industrial de reserva, utilizado também nos escritos juvenis de Marx, deveria sofrer as consequências de “corte epistemológico”, redefinindo-se. FHC acredita que Marx considerava o exército industrial de reserva e a superpopulação relativa, no modo de produção capitalista, como sinônimos e que é no *Capital* que Marx desenvolve essa idéia.

A linha de pensamento de Nun acerca desse debate é considerada equivocada por FHC. Isto porque, para ele, Nun busca responder a questões que nem sequer foram formuladas por Marx e faz isso mediante a leitura de textos que tinham outros propósitos, acabando por confundir as interpretações. Além disso, Nun fundamenta sua tese em textos que são anotações do autor, ou seja, nos “Grundrisse” ao invés de fundamentá-la no “*Capital*”.

Além disso, FHC mostra que a diferença entre uma “teoria geral das populações”, esboçada nos “Grundrisse”, e a “lei da população específica do modo de produção capitalista” não encontra apoio nos textos de Marx, mas na interpretação de Althusser sobre o método de Marx, de modo que a visão de Nun sobre a existência de uma “teoria geral” e de “teorias de instâncias particulares” não encontra respaldo nas idéias de Marx.

Nesse momento, FHC expõe mais profundamente algumas idéias de Nun sobre este tema, afirmando que Nun insiste no fato de que o conceito de superpopulação relativa corresponde à teoria geral do materialismo histórico, em contraposição ao conceito de exército de reserva, o qual pertence à forma específica de superpopulação do modo de produção capitalista. A partir dessa constatação, Nun afirma que há a tendência a confundir o problema da gênese estrutural de uma população excedente e o problema dos efeitos que sua existência provoca no sistema. Além disso, observa que Marx, quando estabeleceu sua lei específica de superpopulação do modo de produção capitalista, não analisou a funcionalidade, disfuncionalidade ou afuncionalidade das relações que se estabelecem entre essa superpopulação e o sistema em seu conjunto.

Para FHC, Nun cometeu um equívoco quando resumiu as idéias de Marx escritas nos “Grundrisse” e, a partir desse erro fundamentou a distinção entre, de um lado, teoria geral da população e dos excedentes e, de outro lado, exército industrial de reserva: “é que os textos de Marx nos quais está baseada a interpretação referem-se exclusivamente aos modos de produção anteriores ao capitalismo. Esse equívoco deriva metodologicamente da distinção da metafísica althusseriana, entre as condições universais de realização de todas as combinações possíveis entre meios de produção e trabalhadores e cada tipo particular de combinação, isto é, cada modo de produção concreto. Guiado por essa inspiração, Nun procurou ver no texto dos “Grundrisse” uma brecha para a formulação da “teoria geral da população” com os conceitos complementares de população adequada e “superpopulação relativa” como componentes básicos da “teoria geral do materialismo histórico”. A estes, opôs o conceito específico da teoria regional do modo de produção capitalista, isto é, o conceito de exército industrial de reserva” (Cardoso, 1977:144-145). Logo, FHC conclui que a justificativa dessa interpretação foi feita a partir de um erro de leitura de textos relacionados às condições gerais das populações adequadas em que Marx se refere às formas antigas de produção.

A partir do que foi dito até agora, FHC conclui que, para Marx e considerando o modo de produção capitalista, superpopulação e exército industrial de reserva são equivalentes, sendo a primeira sinônimo de pauperismo. Para ele, população adequada ou superpopulação relativa podem existir como lei de outro modo de produção, porém, neste caso, devem ser especificados.

Neste momento, FHC combate mais algumas opiniões de Nun acerca do pensamento de Marx como, por exemplo, a de que a forma específica que assume a combinação entre trabalhadores e meios de produção estabelece em cada caso o tamanho da população adequada. Segundo FHC, o texto citado por Nun para comprovar que Marx assim pensava não só não fundamenta qualquer teoria geral como se refere especificamente às sociedades anteriores ao

capitalismo. Outra idéia rejeitada por FHC é a de que, para Marx, os limites da população adequada fixam os da superpopulação, já que a base que os determina é a mesma. Ele combate essa idéia não só pelo fato de que isso não é uma lei geral da população, a qual inexiste no pensamento de Marx, como devido a uma falta de clareza, ou seja, do fato de a população adequada e a superpopulação serem determinadas pelo modo de produção capitalista não resulta a idéia de que uma fixe a outra. Além disso, FHC afirma que o raciocínio de Nun implica uma forma de transição do geral para o particular que não é apoiada pela metodologia marxista.

Dessa forma, as interpretações que restringem o conceito de superpopulação, para Marx, a certos modos de produção não são indevidas, como pensa Nun.

Com relação ao conceito de exército de reserva, FHC concorda com a interpretação de Nun dos textos de Marx sobre o assunto quando descarta a teoria da concorrência entre os trabalhadores e a conseqüente redução de salários como condição básica para a acumulação.

No entanto, FHC pensa que esse conceito não teve tanto alcance no pensamento de Marx como Nun acreditava. Para este, a categoria de exército de reserva aplica-se à superpopulação relativa na fase competitiva do capitalismo em que existe uma funcionalidade entre o excedente da população e o sistema.

Para mostrar como aquele conceito não tinha tanto alcance no pensamento de Marx, FHC começa a mostrar, de forma mais detalhada, o pensamento desse autor.

Para Marx, quanto maior a riqueza social e quanto maiores, portanto, a magnitude absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, maiores também o exército industrial de reserva. Porém, quanto maior é este exército de reserva se comparado ao exército trabalhador em atividade, maior é a massa de população cuja miséria está na razão inversa ao seu tormento de trabalho. Além disso, quanto maior a miséria dentro da classe trabalhadora e o exército de reserva, maior o pauperismo oficial, sendo esta a lei geral da acumulação capitalista.

Marx destaca dois fatores importantes, a saber:

- O crescimento absoluto do capital total resulta em crescimento do capital variável e, por isso, da força de trabalho absorvida por ele, porém, em proporção constantemente decrescente.
- O crescimento do capital ocorre concomitantemente à renovação da base técnica sobre a qual se assenta a produção capitalista. Esse fato leva a uma diminuição do número de trabalhadores necessários à expansão do capital, embora possa aumentar a quantidade de trabalho consumido dos trabalhadores.

FHC continua expondo algumas outras idéias de Marx, as quais já foram mostradas no capítulo referente a esse autor como, por exemplo, quando ele afirma que a acumulação capitalista gera constantemente, em proporção a sua intensidade e extensão, uma população trabalhadora para as necessidades médias de exploração do capital, quer dizer, uma população excessiva para essas necessidades. FHC destaca o fato de que Marx se refere à acumulação em um modo de produção assentado na constante transformação de sua base técnica, onde, além disso, havia concentração e centralização de capitais crescentes, sem insistir no caráter competitivo desse modo de produção.

FHC acrescenta ainda outra opinião de Marx, a saber, que se a existência de uma superpopulação trabalhadora é produto necessário da acumulação, ela se transforma, por sua vez, em alavanca da acumulação de capital, em uma das condições de vida do regime capitalista de produção. Constitui um exército industrial de reserva, o qual pertence ao capital de modo absoluto.

Do pensamento de Marx, pode-se chegar a algumas conclusões: em primeiro lugar, a superpopulação é relativa aos meios de produção e não à população operária no momento

anterior e, tão pouco, compara-se a superpopulação trabalhadora com o restante da população; em segundo lugar, esta superpopulação, ou exército de reserva, é composta de trabalhadores (desempregados, ex-empregados ou consolidados na condição de desempregados) e não do conjunto da população que não está empregada pelo capital. E, finalmente, a magnitude do exército de reserva cresce em proporção com os progressos da acumulação social.

Dessa retomada do pensamento de Marx, FHC se pergunta: “Sendo assim, a que se reduz a pretendida “funcionalidade” do exército de reserva no capitalismo competitivo? Ou se trata de “necessidade” do processo de acumulação ou de um tipo de análise que não encontra acolhida no enfoque dialético de Marx, pois este não estava preocupado com a “proporção da população” adequada ao modo de produção, nem aos meios de emprego, mas precisamente com o ângulo oposto: com os requerimentos de expansão do capital que, a partir do “capitalismo avançado”, cria o excedente necessário de trabalhadores”. (Cardoso, 1977: 154-155).

Neste momento, FHC retoma a análise de Marx sobre as três formas constantes de superpopulação relativa e conclui que Marx não categorizava o exército industrial de reserva de acordo com a funcionalidade da superpopulação, mas conforme as contradições entre acumulação e miséria. Para Marx, a lei, que mantém a superpopulação relativa ou exército de reserva em equilíbrio com o volume e a intensidade da acumulação, tem o trabalhador preso ao capital e determina uma acumulação de miséria equivalente à acumulação de capital. Além disso, Marx acreditava que, desde que o capital se acumulava exponencialmente, a miséria aumentaria proporcionalmente à acumulação, assim como o número de trabalhadores em atividade diminuiria relativamente, dado o aumento da taxa orgânica de composição do capital, aumentando, em conseqüência, a superpopulação relativa de trabalhadores.

Isso não significa que todo excedente da população constituísse o exército de reserva. Para Marx, nem na fase monopolística, nem na competitiva, o excedente da população, isto é, as

parcelas da população que não constituem a classe operária, composta pelo exército de trabalhadores em atividade e pelo exército de trabalhadores na reserva, poderia ser considerada como parte do exército industrial de reserva.

Nun acreditava que a categoria do exército de reserva se define pela funcionalidade do excedente de população e, por isso, coloca a questão do que ocorreria quando, cada vez mais, a expansão do sistema requer menos trabalho vivo e mais produção automatizada. Para ele, aumentaria a massa de pessoas que ficam à margem do sistema, que não guardam uma relação de funcionalidade com a acumulação, mas de afuncionalidade e disfuncionalidade.

Para FHC, os textos escritos por Marx não podem servir de base para a fundamentação, proposta por Nun, de novas relações entre a superpopulação relativa e o novo sistema, concebido como a etapa monopolística do capitalismo.

FHC destaca que “Nun não só acredita poder fundamentar, do ponto de vista marxista, a necessidade de uma nova categoria – distinta da de exército de reserva – para qualificar o excedente de população do capitalismo monopólico, como mantém a idéia de que o “excedente excessivo” da população (a massa marginal) é gerado pela mesma lei que produzia, na etapa anterior, o exército de reserva”. (Cardoso, 1977: 160-161).

Capítulo V:

Estudo recente sobre marginalidade urbana na América Latina:

Milton Santos em algumas de suas obras pretende estabelecer uma tipologia das situações de marginalidade urbana, nos países da América Latina, embora compreenda que esta é uma tarefa difícil. Enseja descobrir os tipos, ou se não as causas, da marginalidade urbana, a qual se apresenta com dimensões e aspectos diferentes em cada país.

Em seu livro, Santos destaca alguns trabalhos de outros autores que também se propuseram a estabelecer uma classificação de conjunto dos países da América Latina e do Terceiro Mundo. Dentre esses trabalhos destaca-se o de Denis Lambert, o qual construiu indicadores estatísticos cuja comparação possibilitou-lhe determinar quatro estágios de desenvolvimento na América Latina:

1. economias dualistas fracamente diversificadas (Caraíbas, Andes, América Central).
2. economias dualistas parcialmente industrializadas (Colômbia e Peru)
3. economias dualistas industrializadas em larga escala (Brasil, México, Chile e Venezuela)
4. economias complexas de industrialização confirmada (Argentina e Uruguai).

Santos não concorda plenamente com essa classificação pelas posições equivocadas assumidas por alguns países.

Outro trabalho destacado por Santos é o documento das Nações Unidas, elaborado pela CEPAL. No entanto, Santos acredita que este trabalho não leva em conta realidades específicas pelo fato de que se baseia em indicadores estatísticos demográficos, sociais e econômicos muito

gerais. Além disso, também não leva em conta fatores como o grau de dependência externa e assume postulados que a realidade recomendaria abandonar como o livre jogo das forças do mercado ou a livre disposição da poupança popular pelo Estado entre outros. Este documento destaca quatro tipos de situações sendo o primeiro constituído pela Argentina, Chile e Uruguai; o segundo pelo Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela; o terceiro, pela grande parte dos pequenos países da América Latina de língua espanhola; o quarto, por um ou dois países. Estes tipos são classificados, posteriormente, segundo algumas características como nível do produto por habitante, taxa de crescimento do produto por habitante e muitos outros.

Para atingir o objetivo ao qual Santos se propôs, isto é, determinar uma tipologia ou modelística da marginalidade, ele destaca a dimensão e o tipo das classes intermediárias. Ela aborda essa questão a partir de dois enfoques: a classe média como cliente privilegiada de certo tipo de bens e de serviços; e a classe média como fornecedora direta de trabalho pelos serviços e bens que adquire, ou à economia pobre ou à população pobre diretamente.

Nas atuais condições da produção industrial na América Latina, a expansão da produção acontece principalmente em certos ramos cujo produto está praticamente reservado às classes ricas e às camadas superiores das classes médias. Temos, de um lado, um aparelho de produção moderno, ao qual se liga uma parte da população, enquanto que o restante se encontra marginalizada, ou no domínio do emprego ou no do consumo. Os marginalizados devem procurar serviço em outras atividades e consumir principalmente por intermédio desse circuito inferior.

Do que foi dito, Santos considera relevante o volume das classes intermediárias e seu poder aquisitivo, o qual resulta principalmente da forma como o produto nacional é gerado e distribuído.

Por outro lado, as classes médias também geram atividade e trabalho no circuito inferior, na medida em que quanto menor for o número de pessoas das classes médias capazes de realizar

constantemente suas compras no circuito superior, maior será a relevância do circuito inferior como fornecedor dessas classes. Como consequência, observa-se a orientação da oferta de trabalho para o setor doméstico e para as pequenas atividades artesanais de comércio ou de serviços.

Para Santos, a falta de um emprego secundário de relevância eleva as tendências à marginalidade. No entanto, as atividades terciárias são mais capazes de gerar atividades de economia pobre.

Considerando apenas a importância das camadas ricas ou pobres no interior da classe média e a relevância dessas classes médias no interior da população urbana e, admitindo somente as dimensões extremas, amplas ou estreitas, para essas classes intermediárias, Santos chega à seguinte classificação:

	Classe Média ampla	Classe média estreita
Camadas ricas numerosas	1	3
Camadas pobres numerosas	2	4

No que se refere à primeira situação, observa-se a importância do circuito superior, com a geração de vários empregos bem remunerados e com a brecha entre as classes ricas e as camadas marginais menos clara, sendo que a dimensão dessas últimas depende da dinâmica demográfica do país e do grau de concentração urbana. Quanto à segunda situação, nota-se o maior volume do circuito inferior. Faz-se progressivamente a passagem das classes médias de nível intermediário para as classes médias pobres e, posteriormente, para a pobreza e marginalidade. Dentre as atividades que geram emprego, destacam-se os serviços governamentais, o artesanato e outros. Ainda nesta situação, a marginalidade aumenta numérica e qualitativamente e as atividades de serviços se tornam mais importantes que as outras. Na situação 3, há um cenário teórico em que seria preciso importar produtos de consumo duráveis,

permitindo apenas um pequeno número de assalariados na indústria. Aqui, as classes pobres seriam numerosas, fato que levaria à destruição do esquema. A situação 4 retrata os primórdios da industrialização e da urbanização, em que a marginalidade rural era relevante e prestes a se tornar urbana quando começa o processo de industrialização e de modernização.

Portanto, para Santos, as variáveis mais importantes são o nível de urbanização e o de industrialização do país. Ele se limitará a três níveis relativos a essas variáveis, as saber, precoce, recente e tardia.

Baseando-se na classificação dada pelo documento A. Passos, de 1972, veremos que os países que passaram por uma industrialização precoce, antes da Primeira Guerra Mundial, e realizaram logo uma diversificação da produção industrial são os países industrializados atuais da América Latina, ou seja, Argentina, Brasil e México. Os países tardiamente industrializados começaram a se industrializar depois da Segunda Guerra Mundial e os demais países são os de industrialização recente. No que tange à urbanização, os países que apresentavam mais de um terço da população nas cidades com mais de 20 mil habitantes em 1950, são os de urbanização precoce. Já os de urbanização recente são aqueles que tinham entre 1 quinto e 1 terço. Os de urbanização tardia apresentavam menos de um terço da população nas cidades de 20 mil e mais habitantes no mesmo período.

Santos modificou um pouco o documento de A. Passos e esquematizou como se segue:

	Urbanização Precoce	Urbanização Recente	Urbanização Tardia
Industrialização Precoce	Brasil, Argentina	Brasil	-
Industrialização Recente	Chile	Colômbia e Venezuela	Peru
Industrialização Tardia	Uruguai e Cuba	Costa Rica e Panamá	Equador, Bolívia, Haiti, Paraguai, ...

Esse esquema pode ser assemelhado àquele baseado nas classes médias, sendo a primeira categoria correspondente ao Brasil, Argentina, México, Chile, Colômbia, Venezuela e Uruguai. A segunda categoria inclui o Peru e a quarta, os outros países.

Dessa classificação simplificada, Santos conclui que, em nenhum caso, o crescimento extinguiu a pobreza, favorecendo apenas o surgimento de outro tipo de marginalidade. Para ele, a pobreza apresenta uma dimensão espacial que constitui um desafio às pretensões de uma classificação simples. Acrescenta ainda que a marginalidade não pode ser definida uniformemente dentro de um mesmo país e que até o momento não havia estudos que permitissem um avanço maior do que o já dado nesse assunto.

Neste momento, Santos começa a indagar a respeito da existência de tensões do sistema atual, no qual a tecnologia constitui o elemento principal.

Quanto a esse ponto, esclarece que atualmente as novas descobertas não são mais utilizadas de maneira imediata ou obrigatória. Dentre os fatores que influenciam essa nova realidade, destacam-se as estruturas econômicas e financeiras das empresas que não utilizam as inovações com a finalidade de garantir a rentabilidade das inovações anteriores; a grande capacidade de decisão dos trustes e monopólios no que se refere ao controle de preços e a outros setores importantes da economia; além das razões não econômicas nem financeiras e da eliminação da necessidade de adaptar, a cada inovação tecnológica, o aparelho de produção.

Esse comportamento permitiria, aos países subdesenvolvidos, a utilização dos mesmos bens de capital, por um período mais longo, na produção de objetos igualmente úteis, aos quais camadas mais amplas da população teriam acesso.

Outro fator que deve ser levado em consideração, na opinião de Santos, é o papel desempenhado pela guerra, no momento atual de nossa história, como instrumento da grande indústria para o escoamento de uma produção que, tecnologicamente, fica obsoleta. Segundo ele,

a indústria de material bélico tem a característica peculiar de não conseguir fornecer muitos empregos, apesar de ser um elemento essencial na formação do produto bruto dos países industrializados. Assim, os países compradores, principalmente os subdesenvolvidos, precisam dispor de parcela significativa de seu produto nacional para a compra desse material e para manter as atividades correspondentes. Por conseguinte, o declínio da tecnologia enquanto motor do atual sistema econômico diminuiria a relevância do complexo industrial-militar e permitiria, aos países subdesenvolvidos, a utilização de grande quantidade de recursos para outras finalidades.

Santos também enfatiza o movimento atual de combate à poluição e aos seus efeitos e, embora admita a sua baixa eficácia em uma economia do tipo capitalista devido à procura pelo lucro, acredita que ele poderá ser um substituto para a guerra, em um sistema que não vive sem uma economia de desperdício.

Neste momento, retoma sua opinião de que estamos vivendo um estado de crise, o qual influenciará as tendências atuais da história, sendo que não é prudente rejeitar a hipótese de que o período tecnológico já está entrando em decadência. Além disso, indaga a respeito da possibilidade de uma reviravolta da situação nos países subdesenvolvidos caso essa tendência se confirme.

Quanto a esse assunto, afirma que se um país for mais industrializado e tiver uma população maior, haverá maior procura por tecnologia não-incorporada do que num país de recente industrialização e pequena população, como é o caso dos países subdesenvolvidos, em que a maior procura se volta para a tecnologia incorporada.

Santos cita, neste momento, a tese de Lasuén de que os países latino-americanos não devem buscar produzir sua própria tecnologia e sim continuar importando tecnologia estrangeira devido ao fato de esta ser produzida mais barato nesses países, de não haver obstáculos para essa

tecnologia passar de um país para outro e de não haver o capital necessário para por a tecnologia em funcionamento nos países subdesenvolvidos.

Acrescenta ainda que, na história dos países subdesenvolvidos, o crescimento é perseguido utilizando-se recursos do capital (escassos) e esquece-se do trabalho (abundante) representado pela grande população composta por um significativo número de subempregados.

Santos acredita que, nesta fase, estamos presenciando o declínio da procura de tecnologia em relação à oferta, ou seja, estamos em um momento de mudanças, de superação desse período. Nesse novo momento, não há a utilização automática, obrigatória e imediata das inovações tecnológicas como ocorria há pouco tempo. Observamos, agora, a emergência de um novo fator que parece ser o novo elemento central do sistema em ascensão: a população, a qual se mostra agora dotada de certa autonomia, de certo poder de influência sobre os outros elementos. Nesta fase, uma parcela cada vez mais significativa dos abalos que ocorrem no setor tecnológico é devida ao aumento demográfico.

Esta ocorrendo, segundo Santos, uma substituição gradual da variável autônoma tecnologia por outra variável, a população. E este novo fator se revela com vigor muito mais significativo na periferia, onde a população é maior, do que no centro. No entanto, Santos acredita que haverá grandes obstáculos às mudanças de sistema, com agilidade e perfeição, devido à brutal manifestação da histórica oposição entre centro e periferia que ocorrerá caso surja novos fatores de preponderância do lado da periferia.

Santos começa agora a dissertar a respeito de uma mudança dos modelos de crescimento devido à nova fase que começa a emergir. Esclarece, antes de tudo, que, até o presente momento, todas as tentativas de aumentar o produto nacional, com a finalidade de aumentar o nível de vida da população, passaram pela utilização, sempre mais intensiva, dos capitais próprios e externos. Dessa forma, há, nos países subdesenvolvidos, todo um esquema de produção que prioriza as

tecnologias modernas importadas do estrangeiro, às custas de grandes investimentos e de maior dependência. Esse esquema tem como consequência a redução do emprego oferecido diretamente, o aumento não proporcional do emprego indireto e o surgimento de distorções no interior da economia nacional dos países menos abastados.

Diante desse quadro apresentado, Santos questiona o porquê da não elaboração de um novo esquema produtivo que considere essa nova combinação de fatores já presentes na maioria dos países subdesenvolvidos. E acredita que haverá imposição de modelos de crescimento específicos e diferentes dos concebidos em função dos sistemas anteriores.

Nesta nova situação, Santos afirma que o papel do Estado será mais decisivo e que haverá a necessidade de se encontrar a definição do objetivo realizado pelo fator político e da função desse fator, sob o ponto de vista da população. Para ele, uma eficaz substituição da tecnologia pela população como centro do sistema requer que este se modifique e que se mude a organização.

Quanto à nova organização do espaço, Santos enfatiza que o aparelho de produção conhece uma tendência crescente à concentração, fato que leva igualmente a uma concentração no espaço. Da mesma forma o Estado, vê-se munido forças centralizadoras.

No período tecnológico, houve a difusão generalizada, mas, sobretudo, na América Latina, das informações e do consumo. Isso teve como uma das consequências uma tendência às migrações, mas estas só atingem uma parcela da população.

Por outro lado, o Estado se vê obrigado a fornecer serviços, tais como educação, saúde, entre outros. A distribuição desses serviços e bens implica a criação de pequenas cidades no interior, ao passo que a concentração da produção com o surgimento dos monopólios é responsável pelas macrocefalias.

Santos conclui esse pensamento dizendo que, de um lado, como fatores de concentração, temos a organização da produção e o Estado e, de outro lado, como fatores de dispersão, temos a população e o Estado.

Santos finaliza seu raciocínio afirmando que, no decurso de cada sistema temporal, o papel diretor de uma das variáveis é superado por outra variável que começa a ganhar força e impor sua lei. Para Santos, a despeito do poder da tecnologia, está havendo o surgimento de um novo período histórico, em que o fenômeno demográfico já constitui uma ameaça ao funcionamento integral do sistema tecnológico. De acordo com ele, “as tendências atualmente impostas à produção e ao consumo no Terceiro Mundo, através das tecnologias e dos capitais estrangeiros, são uma fonte de distorções cumulativas que geram irreversível empobrecimento da população. Esta situação levará a um impasse que o Estado terá de levar em conta”. (103)

Capítulo VI:

Urbanização e Dependência na América Latina:

Quijano, em seu texto “Dependência, Mudança social e Urbanização na América Latina”, dispõe-se a estudar a associação entre o processo de dependência e o de urbanização na América Latina.

Segundo ele, as sociedades latino-americanas fazem parte do sistema de relações de interdependência formado pelos países capitalistas, ocupando, neste sistema, uma situação de dependência. Além disso, considera ser imprescindível estudar o processo de urbanização como parte da problemática da sociologia da dependência neste continente.

Para ele, a dependência não é somente um conjunto de fatores externos que colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma sociedade ou um conjunto de ações tomadas pelas sociedades com maior poder contra as mais frágeis.

As relações de dependência surgem quando as sociedades envolvidas pertencem a uma mesma unidade estrutural de interdependência, dentro da qual um setor é dominante sobre os demais, traço este que retrata o sistema de produção e de mercado do capitalismo atual. Com isso, Quijano pretende explicar que a dependência pressupõe uma correspondência de interesses entre os grupos dominantes de ambos os níveis da relação, sem, contudo, eliminar eventuais atritos pela taxa de participação nos benefícios do sistema.

Neste momento, Quijano se propõe a examinar algumas características que deram especificidade ao sistema de relações de dependência do qual as sociedades latino-americanas fazem parte.

Para ele, as formações histórico-sociais que geraram as atuais sociedades nacionais da região constituíram-se como tais como parte do processo de formação e desenvolvimento do sistema capitalista de dependência, no seu período colonialista. Ou seja, essas sociedades deram origem, com o seu nascimento, às suas relações de dependência, sendo esta, portanto, um elemento constitutivo das sociedades nacionais latino-americanas.

A emancipação permitiu a emergência das atuais nacionalidades, mas não supôs, na visão de Quijano, o término da dependência, e sim a sua modificação, isto é, a dependência colonialista, que originou as formações históricas do capitalismo colonial latino americano, foi substituída pela dependência imperialista, a qual deu origem à sua constituição como sociedades nacionais dependentes dentro do sistema capitalista industrial.

Do que foi dito depreende-se que a dependência das sociedades latino-americanas reside na subordinação econômica aos interesses dominantes nas sociedades metropolitanas e, além disso, trata-se de uma dependência histórica que atinge as demais ordens institucionais e todo o processo histórico dessas sociedades. Por dependência histórica, Quijano quis retratar que, apesar dessas sociedades fazerem parte do sistema, as tendências que a sua estrutura interna de poder adota, bem como os interesses que dominam nessa estrutura, estão subordinados às tendências que orientam as relações com os interesses dominantes nas sociedades metropolitanas. Se houver um período de mudança no caráter dessas relações, haverá, igualmente, mudanças no caráter da estrutura de poder das sociedades latino-americanas, adequadas às exigências decorrentes dessas relações. Para Quijano, somente quando houver uma modificação da natureza histórica dessa estrutura de poder, aquelas mudanças conseguirão alterar o sentido e a natureza dessas relações. Quijano conclui este seu raciocínio dizendo que as relações de subordinação econômica mantidas, com os interesses metropolitanos, pelas nossas sociedades se assentam no poder

daqueles interesses de impô-las e, principalmente, no caráter dependente da estrutura de poder dominante em nossas sociedades.

Depois de fazer essa análise, Quijano tenta mostrar algumas linhas da associação entre as mudanças do sistema de dependência e a história da urbanização no período pós-colonial na América Latina, dando maior ênfase ao que ocorreu no contexto atual da situação. Segundo ele, a tese central do enfoque sustenta que a urbanização neste continente é um processo dependente, o qual pode mostrar-se, principalmente em torno de dois aspectos. Em primeiro lugar, as mudanças no perfil da rede urbana, ou seja, a distribuição das localidades urbanas e a sua flutuação no território em cada um dos períodos destacados de mudança do sistema de dependência. E, em segundo lugar, as mudanças no conteúdo da sociedade urbana que habita essa rede ecológica-demográfica, em cada um desses períodos.

Com relação ao primeiro aspecto, pode-se dizer que a entrada da América Latina e de sua população no sistema ibérico de dependência colonial significou, também, o seu ingresso no sistema de produção e de mercado do capitalismo em sua fase de expansão sob a sua forma mercantilista.

Segundo Quijano, as alterações no sistema de dependência devido aos deslocamentos intermetropolitanos de poder na Europa, à medida que o capitalismo se expandia e as suas formas de produção se transformavam para o capitalismo industrial, determinaram, em cada período, alterações no sistema de dominação nas colônias e deslocamentos importantes na articulação de cada uma das áreas colonizadas nas relações de dependência. Quijano destaca também o fato de que essas alterações condicionaram a história do processo de urbanização da América Latina.

Segundo ele, o início de expansão e hegemonia da urbanização acontece pela incorporação ao sistema capitalista e a imposição de padrões de urbanismo e de urbanização derivados da expansão e consolidação do sistema capitalista europeu.

Quijano explica que determinadas áreas na América Latina se transformaram em focos principais do desenvolvimento do capitalismo colonial americano e, por conta disso, concentraram os focos mais importantes do desenvolvimento urbano durante os dois primeiros séculos da dependência colonial. Essas áreas ganharam essa importância devido ao fato de serem fontes de produção de metais, estando, por isso, mais diretamente vinculadas ao sistema colonial e, através deste, ao mercado europeu metropolitano.

Enquanto as metrópoles ibéricas ocupavam posições dominantes no sistema de poder intermetropolitano na Europa, as relações de dependência das colônias americanas com o setor metropolitano capitalista realizavam-se através do sistema colonial. E enquanto essas circunstâncias se mantiveram, as tendências de distribuição dos principais focos de desenvolvimento do capitalismo e da sua rede de desenvolvimento urbano correspondente também permaneceram.

No entanto, posteriormente, houve alterações no sistema de poder intermetropolitano que provocaram deslocamentos nas posições de predomínio econômico e político, as quais passaram das mãos da Espanha para as da Inglaterra, França e Países baixos. Houve incursões de piratarias, desenvolvimento do contrabando em favor do crescente domínio inglês sobre a navegação comercial, fatos que tiveram como consequência o aumento da dificuldade em manter as rotas anteriores de tráfico colonial, abrindo espaço para o desenvolvimento das rotas atlânticas.

O desenvolvimento econômico das colônias americanas provocou importantes mudanças no sistema administrativo colonial, durante o século XVIII, pela criação do vice-reinado do Rio da Prata, mas, sobretudo, modificou todo o sistema de distribuição do comércio nas colônias da América Latina

De acordo com Quijano, o século XVIII assistiu a uma constante disputa entre os grupos econômicos dominantes da faixa do Pacífico e os novos grupos emergentes na faixa do Atlântico.

No entanto, frente à nova situação de crescente hegemonia inglesa, houve inevitável derrota dos grupos dominantes do lado do Pacífico e desenvolvimento, na faixa Atlântica, dos principais centros das relações comerciais com a Europa como centros urbanos rapidamente importantes.

Conclui-se, a partir do que foi dito, que os focos mais importantes de desenvolvimento urbano dos séculos XVI-XVIII começaram a se estagnar e a serem deslocados para um lugar menos importante em favor dos novos, no qual a sociedade urbana emergente apresenta um caráter predominantemente burguês e comercial, mais definido que nos anteriores.

Segundo Quijano, enquanto os países diretamente incorporados à dependência comercial e financeira, principalmente sob a hegemonia inglesa, puderam continuar a desenvolver-se como capitalismo comercial-agropecuário dependente, nos outros países, como os da área Andina, começou-se um processo de quase total ruralização e estancamento da economia e estagnação, em geral, do processo de urbanização. Em termos gerais, este é o processo que, para Quijano, explica a grande alteração do perfil urbano da América Latina entre o período colonial e o seguinte. O México, o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai puderam continuar com o seu desenvolvimento capitalista dependente, e a importância das suas relações de dependência comercial fortaleceu a urbanização das suas populações, enquanto o processo contrário ocorria nos demais países.

A partir da primeira Guerra Mundial, a hegemonia metropolitana no interior do sistema capitalista passa para as mãos dos Estados Unidos. Como consequência, além da dependência comercial e financeira, acrescentou-se a dependência com base nos investimentos diretos e em enclaves em muitos dos nossos países.

Nos anos 30, as relações de dependência entre os países metropolitanos e os latino americanos se deterioraram. Os países que haviam sido integrados às relações comerciais e financeiras de dependência mais estreitamente apresentavam uma importante população urbana,

socializada nos padrões de consumo dos produtos da indústria metropolitana. No entanto, também possuíam, entre os seus grupos de poder econômico dominante, os setores com recursos e a capacidade necessária para promover a substituição de importações e um sistema político-institucional que conseguiria estimulá-la e canalizá-la.

O mesmo não pode ser dito dos países, como os da área Andina. O seu mercado industrial era limitado, e os seus grupos dominantes precisavam dos recursos e da aptidão para montar empresas industriais.

Conseqüentemente, o processo de industrialização substitutiva em escala significativa começou, primeiramente, no México, Brasil, Argentina e Uruguai e, portanto, o processo de expansão e modificação dos setores urbanos da sociedade foi, também, mais intenso nesses países.

Quijano destaca também outros fatores, como a significativa imigração européia para a Argentina, Uruguai, Brasil e Chile, que contribuíram para este processo.

Quijano sumariza parte do que foi dito, afirmando que o processo de urbanização pós-colonial desses países foi condicionado pelo modo particular de inserção dos mesmos nas formas variáveis do sistema de relações de dependência com o restante do mundo capitalista, da mesma maneira que ainda o é.

Quijano explica que as relações atuais de dependência caracterizam-se, principalmente por dois pontos. Primeiramente, temos a expansão e a acentuação, explicitada pelo fato das inversões diretas e o controle financeiro e creditício não estarem mais limitados, do modo como estavam há alguns anos, especialmente, aos setores primários da economia dependente, mas tenderem a colocar crescentemente maior ênfase nos setores secundários e terciários, sem abandonar os setores anteriores. Ademais, as relações de dependência não estão mais restritas ao plano econômico e político, cobrindo também todas as outras ordens institucionais básicas da

sociedade dependente, tais como a ordem cultural e psico-social. Em segundo lugar, temos a estruturação continental da dependência, explicitada pelo fato de que, diferentemente dos períodos anteriores em que as relações de dependência se realizavam apenas entre a metrópole e cada país da América Latina dependente, atualmente, desenvolveu-se um esforço dos grupos dominantes metropolitanos e dependentes a fim de coordenar e estruturar as relações de dependência num nível continental, levando em conta os desníveis e as formas específicas com que deve operar em cada país separadamente.

Como já foi dito, concomitantemente às relações comerciais e financeiras de dependência e ao controle por investimentos diretos nos setores primários da economia, atualmente, desenvolve-se a inversão nos setores secundários e terciários. Esse fato leva à modificação tanto da estrutura econômica de cada um dos países como do conjunto deles na região, mostrando o seu caráter intrinsecamente dependente. Tais mudanças implicam em:

1. Expansão da atividade comercial, introdução e diversificação da produção industrial e dos serviços em todos os países.
2. Ampliação e intensificação da participação das sociedades latino americanas na produção industrial internacional, para além do seu próprio crescimento industrial interno.
3. Generalização da expansão e diversificação da produção industrial para todos os países, mesmo que desniveladamente, ou seja, enquanto os países de maior tradição industrial superam a etapa substitutiva de importação de bens de consumo e seguem em direção à industrialização de bens intermediários de capital e de bens de capital básicos, nos outros, inicia-se a etapa substitutiva e, em alguns, superpõe-se com a etapa de produção de bens de capital intermediários.

No que se refere ao desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e de transporte, Quijano argumenta que este contribui para que as alterações nos setores urbanos sejam mais rápidas e profundas e, também, contribui para a difusão de muitos dos seus elementos pelo conjunto inteiro da sociedade.

Para Quijano, o processo de urbanização da estrutura econômica, condicionada, principalmente, pela expansão da produção industrial interna e da participação no mercado industrial internacional que alimenta a expansão do comércio e dos serviços, tem como consequência a modificação das relações econômicas urbano-rurais na sociedade, seguida de uma tendência de penetração do mercado de produtos urbanos no campo.

Segundo o autor, é fundamentalmente como consequência dessas mudanças no sistema de dependência, que o processo de mudança ecológico-demográfica das nossas sociedades se dá, expressando-se, sobretudo, pelo aumento relativo da população urbana e do número e tamanho das localidades urbanas. Quijano afirma que os dois processos acontecem ao mesmo tempo em sua grandeza atual, especialmente, a partir dos anos finais da segunda Guerra Mundial.

Um dos principais pontos defendidos pelo autor é que o processo de urbanização da economia latino americana aparece concentrado em certas zonas da região inteira e em certas zonas dentro de cada país. Tais áreas ou são as mais efetivamente articuladas com os centros metropolitanos ou, dentro do contexto nacional e regional global, são as que se ligam mais imediata e eficazmente com aquelas.

De acordo com Quijano, na América Latina, urbanização econômica e urbanização ecológico-demográfica são processos interdependentes, ou seja, os deslocamentos de hegemonia econômica entre as cidades de um país também levam a mudanças correspondentes nas tendências de concentração da população urbana do país entre essas cidades.

No que se refere à relação entre industrialização e urbanização no nosso continente, Quijano afirma que o processo de formação e expansão das cidades do atual mundo industrial se iniciou muito antes do processo de industrialização.

O surgimento da indústria fabril, na opinião do autor, levou à expansão e modificação drástica da economia urbana e determinou, por sua vez, a expansão e modificação, também drástica, da ecologia e da demografia urbanas. Ao se desenvolverem as importantes concentrações comerciais e, posteriormente, industriais, desenvolviam-se também as grandes concentrações urbanas nas mesmas cidades, sendo, portanto, inadequado, na visão do autor, considerar a industrialização como geradora absoluta da urbanização no mundo hoje desenvolvido.

De acordo com o autor, o desenvolvimento da rede urbana latino-americana também reconhece origens anteriores à industrialização. Nos países desenvolvidos, o processo de predomínio dos setores urbanos na sociedade foi um processo conjunto com o processo de predomínio da produção industrial-urbana na estrutura da economia. Já no que tange às sociedades subdesenvolvidas da atualidade, por sua condição dependente, elas participam dos bens do mercado industrial internacional sem produzi-los. Além disso, as relações de dependência na América Latina, até a poucos anos, fazia-se pela divisão do trabalho, imposta pelas metrópoles, entre os produtores de matérias-primas e os de produtos urbano-industriais. O aumento das relações comerciais entre ambos os setores, significou e significa, para os subdesenvolvidos, a ampliação constante das suas importações de produtos industriais dos países industrializados.

De acordo com o que foi dito, Quijano conclui que o processo de expansão e mudança dos núcleos urbanos de povoamento nos países da América Latina não pode ser considerado como anterior à industrialização da sua sociedade, devido ao fato de que os grandes centros urbanos

gerados pelo aumento das relações comerciais de dependência implicavam participação crescente da sua população na produção industrial de fora.

Para Quijano, o processo de urbanização pós-colonial nos países subdesenvolvidos, do ponto de vista dos países da América Latina, teve dois grandes períodos:

1. A sua concentração em alguns países e algumas áreas dentro dos mesmos, mais especificamente nos países onde se desenvolveu primeiro o processo de industrialização substitutiva, a saber, México, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.
2. A sua generalização atual aos outros países a partir do momento em que cada um deles entra na etapa da industrialização, sobre cuja base os setores urbanos da economia tendem a tornar-se predominantes dentro da economia nacional.

De acordo com o autor, isso mostra que a participação na produção industrial metropolitana não foi suficiente para desenvolver a tendência de predomínio urbano na sociedade na América Latina e que somente a partir do momento em que a produção industrial interna nestes países se introduz e se expande é que a urbanização da economia pode ser suficientemente ampla e profunda a ponto de alterar as relações econômicas urbano-rurais e de intensificar o processo de alteração das relações ecológico-demográficas urbano-rurais na sociedade, em favor do urbano.

Quijano afirma ainda que, nas sociedades da América Latina, a expansão da produção industrial interna e da participação no mercado industrial internacional funcionam como indutores de expansão e modificação da economia urbana e, através disso, condicionam a mudança das relações urbano-rurais em todas as ordens da estrutura total da sociedade. Para ele, isso não significa que se desconheça o fato de que entre o processo de urbanização da economia, regida pela industrialização, e o processo de urbanização ecológico-demográfica, expresso pelo

rápido crescimento da população e das localidades urbanas e a sua tendência ao predomínio na sociedade, há um desnível, sendo que o ultimo supera o primeiro.

Quijano sugere uma interpretação alternativa àquela que nega a associação entre industrialização e urbanização na América Latina, a saber, que, para além das modificações que a expansão industrial imprime, outros fatores históricos não estabelecidos na investigação estão operando sobre o processo ecológico-demográfico enquanto tal. A seguir, Quijano afirma que pretende mostrar que o caráter dependente das nossas sociedades e da sua economia parece ser o elemento responsável mais importante.

Neste momento, Quijano explica que as regiões mais diretamente integradas nas relações comerciais e produtivas de dependência saíram ganhando em desenvolvimento econômico e modernização do seu aparelho produtivo e da sua posição dentro da estrutura geo-econômica nacional e continental. E explica também que, de um lado, da forma em que se articula cada uma das zonas dentro de um país ao sistema de dependência em que este faz parte depende a maior ou menor concentração nelas do processo de expansão e de modificação dos setores urbanos da economia do país. Por outro lado, a amplitude, o nível e os impactos deste processo de urbanização econômica no resto da sociedade, em seu conjunto e em cada uma das suas ordens institucionais, dependem das formas particulares como, em cada país, se apresenta o fenômeno de expansão e mudança das relações econômicas de dependência.

As alterações nos setores urbanos da economia dos países como a Argentina, Brasil, México, Chile, combinadas com a dependência cultural dos núcleos urbanos em relação aos países metropolitanos, produziram tanto a expansão e modificação da economia urbana, concentradas em algumas áreas, quanto a expansão ecológico-demográfica urbana. Tudo isso levou a uma modernização da economia, da sociedade e da cultura urbanas nesses países, diferentemente do que ocorreu nos demais países ou neles mesmos no período colonial.

Quanto ao processo de industrialização substitutiva de bens de consumo nesses países, Quijano destaca algumas características, tais como ter sido promovido em uma situação de deterioração das relações de dependência tanto devido à crise dos anos 30, quanto devido à ruptura incompleta dessas relações ou à conquista de certa margem de autonomia por meios revolucionários. Outras características destacadas são: foi promovido por empresários nacionais, utilizando-se, principalmente, capitais nacionais, com uma tecnologia de nível relativamente baixo, com formas de organização empresarial quase familiar ou familiar.

A partir dessas características, o autor conclui que havia uma autonomia relativa, em que os interesses dos grupos dominantes nacionais predominavam, mas não se desligavam do sistema global de relações de dependência. Além disso, devido à baixa tecnologia empregada e às formas quase familiares de organização empresarial, havia uma oferta relativamente ampla de trabalho, o que possibilitava à população que ia migrando para os centros urbanos industriais uma chance de incorporar-se à estrutura de papéis e de posições que emergia com a industrialização.

Quijano ainda mostra que, se considerarmos outros elementos, tais como as características técnicas do sistema de comunicações e transporte, podemos ver porque, enquanto se desenvolviam núcleos de vida urbana relativamente moderna, era necessário que o processo de difusão do urbano sobre o restante da população fosse lento e segmentário, assim como o processo de modificação das relações urbano-rurais em todas as ordens estruturais da sociedade.

Neste momento, a influência do urbano sobre o rural ainda não se mostrava muito direta, ou seja, a população rural não era atraída para o urbano de maneira generalizada. Ademais, as bases da economia e da sociedade rural se modificavam muito lentamente. Somente quando surgem alguns fatores de inovação tecnológica e de alteração da própria sociedade urbana, é que essa situação descrita se alterará.

Deste modo, as condições em que se promove o processo equivalente nos países que não realizaram anteriormente a sua substituição de importações são completamente diferentes. Da mesma maneira, as condições em que se desenvolve a industrialização nos países que a iniciaram anteriormente são muito diferentes daquelas do seu período de iniciação.

Vamos agora mostrar essas diferenças. Primeiramente, o processo de desenvolvimento da substituição de importações de consumo, o qual se inicia, na grande parte dos demais países, a partir da segunda Guerra Mundial, acontece em um momento de acentuação das relações econômicas de dependência, e não de deterioração.

Além disso, diferentemente do primeiro grupo de países que realizou a industrialização de produtos de consumo com capitais e empresas nacionais, a industrialização que se promove agora, nos demais países, ocorre sob o controle direto dos grupos de poder econômico metropolitano.

Esse processo leva às seguintes conseqüências:

- a) O caráter monopolístico da organização e do mercado.
- b) A impossibilidade de controle do processo pelos grupos nacionais.
- c) A substituição de empresas familiares, organizadas de forma pouco racionalizada e burocratizada, por formas de organização empresarial de alto nível de racionalização e burocratização.
- d) A introdução de instrumentos e procedimentos tecnológicos de alto nível.
- e) O requerimento de mão-de-obra de alto nível de qualificação e tecnologização, mas, principalmente, de volume reduzido dadas as características tecnológicas reinantes no sistema intensivo de capital.
- f) Passa-se a levar em consideração também outros tipos de bens como os bens duráveis e de capital, além dos de consumo e de uso imediato. Logo, as empresas voltadas à

produção dessa segunda classe de bens são as que se desenvolvem mais rapidamente, são as mais produtivas e as de maior rentabilidade.

- g) Aumento da dependência devido ao fato de que os bens de capital não são produzidos domesticamente.
- h) Como os grupos empresariais monopolísticos não se preocupam com as necessidades econômico-sociais da população, os ramos que se desenvolvem são os que apresentam a maior rentabilidade.
- i) Há implantação de empresas industriais controladas pelo capital monopolista estrangeiro naquelas cidades ou zonas onde um mercado imediato existia.
- j) Concomitantemente, como nesses centros já previamente desenvolvidos pelas anteriores relações comerciais de dependência, pela presença de instituições administrativas, técnicas e educacionais, o desenvolvimento da produção industrial ocorre de forma concentrada em tais centros e em algumas zonas, favorecendo um desnivelamento maior entre as regiões e entre as cidades do país, no que se refere ao desenvolvimento e à modernização.

De acordo com Quijano, as áreas mais afetadas pela articulação direta no novo quadro de dependência tendem a desenvolver-se num ritmo mais rápido, normalmente maior que o que tiveram as regiões anteriormente desenvolvidas nos outros países. Por isso, a tendência à concentração do desenvolvimento da economia urbana em certas regiões e cidades estimula a atração dessas áreas sobre a população das outras cidades menores, das áreas rurais e das outras de menor desenvolvimento.

Para Quijano, apenas as zonas articuladas à dependência das metrópoles, de uma maneira mais intensa, poderiam ampliar seu crescimento urbano e os núcleos urbanos mais importantes existiam como ilhas dentro do território nacional e continental.

No entanto, há modificações nas relações econômicas urbano-rurais e nas relações econômicas interurbanas e inter-regionais quando começa o crescimento da produção industrial urbana e cresce, ao mesmo tempo, a atividade comercial e de serviços nas cidades onde se concentra esta expansão econômica e quando surgem os meios técnicos de comunicação e transportes mais novos e poderosos.

Segundo o autor, há uma desarticulação da estrutura da economia das zonas rurais não imediatamente incorporadas à produção exportadora quando ocorre a penetração do mercado de produtos de origem urbana no campo, e a conseqüente formação de uma rede de mercados rurais e semi-rurais. Dessa maneira, ocorre um processo de alteração da estrutura econômico-social das próprias zonas rurais sob o poder dos novos meios de comunicação e de transporte, aumentando, conseqüentemente, o número de localidades semi-urbanas nas áreas rurais.

Para ele, o processo de interiorização do mercado no país modifica o perfil da rede urbana do país, permitindo o desenvolvimento de novos centros urbanos e a decadência de outros que ficam colocados de forma desvantajosa no novo quadro da rede de comunicações.

Neste momento, Quijano conclui que esse processo leva à formação de uma dupla dependência. Em primeiro lugar, temos a expansão da dependência global do país, mediante o aumento da dependência econômica dos seus focos de crescimento econômico e demográfico urbano mais importantes. Em segundo lugar, as novas localidades urbanas que se desenvolvem devido ao aumento do mercado interno, como não possuem produção industrial própria, dependem da que existe e aumenta nas cidades industriais. Modificando-se as relações econômicas urbano-rurais em favor do urbano, o campo passa a depender da cidade.

Quijano se propõe, agora, a discutir a relação entre urbanização e marginalização. Para ele, um fato que chama a atenção é o caráter crescentemente restrito do mercado urbano de trabalho industrial e dominante. Concomitantemente ao fato de que o aumento da população das

idades industriais amplia seu atrativo, as características mostradas do processo de industrialização dependente supõe uma certa estrutura do mercado de trabalho urbano que é impossível para as crescentes migrações e para as novas gerações populacionais, nascidas nas mesmas cidades, incorporar-se estável e consistentemente na estrutura de papéis e posições da nova sociedade urbana que nasce com a industrialização.

Na opinião do autor, essa industrialização dependente é, por isso, excludente e sua própria lógica torna inevitável a marginalização de parcelas crescentes da população urbana. Quijano ainda explica que a marginalização ocorre devido às tendências redutoras do mercado de trabalho nas novas empresas industriais e devido à relativa marginalização de alguns ramos de produção, de pouco interesse econômico para os monopólios estrangeiros, dentro do novo quadro de industrialização dependente.

Nos países da região que começaram a muito tempo o seu processo de industrialização, concentrada em certa áreas e cidades, e que, no momento, superam, na sua maioria, a etapa da substituição de importações de consumo imediato e já possuem as bases de uma produção industrial de bens de capital, estão se manifestando as mesmas características da industrialização dependente que marcam a etapa de substituição de importações nos outros países.

Para o autor, o problema da marginalização não se encontra tanto no tamanho pequeno do crescimento industrial quanto em seu caráter dependente.

Quijano chama a atenção para o fato de que outro fator que explica o fenômeno da superurbanização é que a expansão econômica urbana, marcada pela industrialização, produz-se atualmente com altas taxas de crescimento demográfico nacional, principalmente nas zonas rurais. Além disso, a expansão econômica urbana encontra os setores rurais em um desnível extremamente significativo com relação ao nível de desenvolvimento da economia urbana. Para

ele, desenvolvendo-se a expansão econômica, isso afeta a estrutura da economia dessas áreas rurais, desarticulando-a em vários aspectos.

Dada a situação anterior, ocorre uma expulsão de grande parte da população das zonas rurais e das localidades semi-urbanas das estruturas ocupacionais e de relações econômicas, que tendem a deteriorar-se mais rapidamente e a acentuar a sua situação de crise. Com isso, a marginalização da população rural encontra uma escapatória na migração para as cidades e áreas onde a economia urbana está crescendo e, nessas áreas, só encontra condições restritivas do mercado de trabalho e é definitivamente marginalizada.

Neste momento, Quijano enfatiza a significação do desenvolvimento de uma cultura urbana dependente na América Latina.

Quijano conclui seu raciocínio afirmando que as modificações que a urbanização canaliza e induz em cada um dos setores da estrutura das nossas sociedades levaram a um conjunto de deformações, descritas pelos termos de colonialismo e dependência interna crescentes, marginalizadas econômico-social e cultural dependente, ou seja, num processo de aprofundamento do processo de subdesenvolvimento geral desses países. Para ele, o processo de urbanização na região não pode ser utilizado para um processo de desenvolvimento efetivo desses países a não ser que os principais fatores derivados da dependência sejam mudados profundamente e que não se considere o desenvolvimento urbano desligado de suas relações de interdependência com os setores rurais.

Considerações Finais:

Cabe agora analisar a atual situação brasileira a fim de concluir sobre a atualidade ou não do tema “Marginalização Social”.

Há algum tempo, o vice-presidente José Alencar afirmou que o Brasil está passando pela pior crise social de sua história. Essa opinião é compartilhada por várias outras pessoas, tais como o senador Marcelo Crivella, Lauro Ramos. A constatação a que chegaram várias pessoas deve-se ao fato de que jamais tivemos taxas tão elevadas de desemprego, subemprego e marginalização social, ligadas a uma intensa diminuição nos rendimentos de trabalho.

A situação no mercado de trabalho brasileiro é preocupante, uma vez que o aumento dos postos de trabalho está se dando principalmente na faixa do trabalho precário, com rendimento menor do que três salários mínimos. Ademais, acima de três salários mínimos, estão sendo cancelados mais de 100 mil postos de trabalho.

Na conjuntura brasileira atual, marcada por ambigüidades e impasses, na qual sucessivas mudanças aconteceram nos cenários internacional, nacional e regional, podemos notar, em todo o país, um grave quadro de miséria, desemprego, marginalização social, exclusão e fome. Estes aspectos sempre marcaram a estrutura social do país e continuam sendo produzidos em larga escala a despeito dos sucessivos planos econômicos.

Diferentemente da marginalização observada no passado, a marginalização social de agora ocorre juntamente com outro fenômeno mundial, a globalização. Este fenômeno se intensificou, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir da década de 80 e é considerado por muitos como um dos responsáveis pela produção em larga escala da marginalização social e pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

Se observarmos o quadro político-social da conjuntura atual, vemos os inúmeros problemas sociais de uma sociedade marcada pela miséria, fome, pauperização crescente, sistema educacional

excludente, sistema de saúde precário e vários outros aspectos. Diante desse quadro e da percepção de que as políticas governamentais de cunho neoliberal agravam os problemas sociais, o que se coloca é a capacidade política de reverter esse quadro dramático.

Pode-se dizer que na conjuntura atual existe uma questão social, de interesse, sobretudo, dos pobres, e uma questão de vulnerabilidade financeira externa, de interesse dos ricos. De acordo com Carlos Lessa, no longo prazo, as soluções para as duas não são conflitantes. No entanto, no curto prazo, definitivamente o são. Ainda de acordo com este autor, “o legado social deprimente do atual governo é a pura expressão da tentativa de resolver (sem resolver) a vulnerabilidade financeira externa à custa do agravamento dos problemas sociais internos, especialmente o desemprego”.

Diante de tudo o que foi dito e da análise feita acerca do tema “Marginalização Social”, podemos concluir que o mesmo constitui um dos fenômenos mais atuais e preocupantes da realidade brasileira. Em todo o país, este fenômeno se impõe, de forma cada vez mais dramática e sua solução se encontra cada vez mais distante.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, João Manuel e NOVAIS, Fernando (1998). Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCS, Lilia M. (1998). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARDOSO, Fernando H. (1969). Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica. Reproduzido em CARDOSO, Fernando H. (1977). O modelo político brasileiro. Rio de Janeiro, Difel.
- CARDOSO, Fernando H. (1970). Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. Reproduzido em CARDOSO, Fernando H. (1977). O modelo político brasileiro. Rio de Janeiro, Difel.
- CARDOSO, Fernando H. (1971). Sobre población relativa y marginalidad. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, nº 1-2, Santiago, jun./dez.
- KOWARICK, Lucio (1985). Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NUN, José (1969). Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. Revista Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 5 (2), jul.
- NUN, José (2000). O futuro do emprego e a tese da massa marginal. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 56, março, pp. 43-62.
- PACHECO, Carlos A. (1992). Urbanização e reprodução social: marginalidade e precarização das estruturas sociais no desenvolvimento urbano brasileiro. Relatório A-3 de Urbanização e Metropolização no Estado de São Paulo: Desafios da política urbana. Campinas, NESUR/IE-Unicamp. (mimeo)
- PASTORE, José (1979). Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz.
- PASTORE, José e VALLE SILVA, Nelson (2000). Mobilidade social no Brasil. São Paulo, Markron Books.
- PELIANO, José C. (1992). Distribuição de renda e mobilidade social no Brasil: a ordem e o progresso desiguais. Campinas, IE-Unicamp. (tese de doutoramento).
- PINTO, Anibal (1976). Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, José (coord.) (1976). América Latina: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- QUADROS, Waldir J. (1991). O "milagre brasileiro" e a expansão da nova classe média. Campinas, IE-Unicamp. (tese de doutoramento).
- QUADROS, Waldir J. (2003). Aspectos da crise social no Brasil dos anos 80 e 90. Campinas, IE-Unicamp. (tese de livre-docência).
- QUIJANO, Anibal (1968). Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, Fernando L. (1978). A questão urbana na América Latina: textos. Rio de Janeiro, Forense.
- QUIJANO, Anibal (1998). La economía popular e sus caminos en America Latina. Lima, Mosca Azul.

QUIJANO, Anibal (1970). Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización en América Latina. Santiago, 1970.

SOUZA, Paulo Renato C. (1980). Salário e emprego em economias atrasadas. Campinas, Editora do IE-Unicamp, 1999.